

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO

Nº 25/2025

A PROCERGS – CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A., por intermédio do(a) Pregoeiro(a), designado(a) pela Resolução de Diretoria de 8 de setembro de 2024, torna público que, conforme autorização contida no processo administrativo nº 25/0489-0000607-3, realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, TIPO MENOR PREÇO**, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET. A presente licitação reger-se-á pela Lei Federal nº 13.303/2016, Resolução PGE/RS nº 228/2023, Lei Estadual nº 11.389/1999, Lei Estadual nº 11.299/1998, Lei Estadual nº 13.706/2011 e Decreto Estadual nº 48.160/2011, Lei Complementar Federal nº 123/2006, Decreto Estadual nº 42.250/2003, Decreto Estadual nº 54.946/2019, Decreto Estadual nº 57.154/2023, Regulamento Interno de Licitações e Contratos da PROCERGS vigente e, subsidiariamente, pela Lei Federal nº 14.133/2021 e legislação pertinente e pelas condições previstas neste Edital e seus anexos. O cronograma e objeto desta licitação constam nos quadros abaixo:

PUBLICAÇÃO DO EDITAL: 26/08/2025

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 9h do dia 16/09/2025

ABERTURA DAS PROPOSTAS: após às 9h do dia 16/09/2025

INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA: às 9h20min do dia 16/09/2025

LOCAL DE REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA: no Portal de Compras Eletrônicas da PROCERGS em <http://www.compras.procergs.rs.gov.br>

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: Exclusivamente no sistema eletrônico

PEDIDOS DE IMPUGNAÇÃO: Exclusivamente no sistema eletrônico

APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO E HABILITAÇÃO: Exclusivamente no sistema eletrônico

RECURSOS ADMINISTRATIVOS: Exclusivamente no sistema eletrônico

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário oficial de Brasília/DF

<i>Lote</i>	<i>Descrição</i>	<i>Família LIC</i>
1	Contratação de prestação de serviços continuados sem dedicação exclusiva de mão de obra, para cobertura por seguro, com limite máximo de garantia, de bens móveis e imóveis do PROCERGS, ou sob sua guarda (no caso de bens móveis), por um período de 12 (doze) meses, contra riscos básicos de incêndio, de queda de raio, de explosão de qualquer natureza e de outros riscos acessórios, de acordo com as quantidades, condições e especificações estabelecidas neste Edital e seus Anexos.	0107

CAPÍTULO PRIMEIRO – DO OBJETO

O objeto da presente licitação visa à contratação de prestação de serviços continuados **sem** dedicação exclusiva de mão de obra, para cobertura por seguro, com limite máximo de garantia de bens móveis e imóveis do PROCERGS, ou sob sua guarda (no caso de bens móveis), por um período de 12 (doze) meses, contra riscos básicos de incêndio, de queda de raio, de explosão de qualquer natureza e de outros riscos acessórios, de acordo com as quantidades, condições e especificações estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

CAPÍTULO SEGUNDO – DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL

- 2.1 O Edital pode ser obtido pela internet em <https://www.procergs.rs.gov.br/licitacoes>, no Portal de Compras da PROCERGS em <https://www.compras.procergs.rs.gov.br>.
- 2.2 Esta licitação será realizada na forma eletrônica, em <https://www.compras.procergs.rs.gov.br>, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação.

CAPÍTULO TERCEIRO – DA DATA E DO HORÁRIO DA LICITAÇÃO

- 3.1 Na data e horário designados no preâmbulo deste Edital será aberta sessão pública pelo(a) Pregoeiro(a).
- 3.2 Na eventualidade de não haver expediente na PROCERGS ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o próximo dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não ocorra comunicação do Pregoeiro em sentido contrário.

CAPÍTULO QUARTO – DA PARTICIPAÇÃO

- 4.1 Respeitadas as condições normativas próprias e as constantes deste Edital, poderão participar desta licitação as pessoas físicas e jurídicas legalmente estabelecidas no Brasil, que estejam devidamente credenciadas nos termos do item 6 deste Edital.
- 4.2 Não poderão participar direta ou indiretamente desta licitação os licitantes enquadrados em qualquer das seguintes hipóteses:
 - 4.2.1 Declarados inidôneos pela PROCERGS.
 - 4.2.2 Inscritos no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CFIL/RS.
 - 4.2.3 Com decretação de falência, em processo de recuperação judicial ou extrajudicial.
 - 4.2.4 Submissos a concurso de credores, em liquidação ou em dissolução.
 - 4.2.5 Em que o proprietário, sócio ou administrador com poder de direção, preste serviços ou desenvolva projeto na PROCERGS em que familiar exerça cargo em comissão ou função de confiança, na forma do Art. 8º do Decreto Estadual nº 48.705/2011.
 - 4.2.6 Em que o ramo de atividade não seja pertinente ou compatível com o objeto desta licitação.

- 4.3 Não poderão participar desta licitação, ainda que direta ou indiretamente, servidores públicos da PROCERGS. Para fins deste dispositivo, considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.
- 4.4 Nenhum licitante poderá participar desta licitação com mais de 1 (uma) proposta por Lote.
- 4.5 A participação na presente licitação implica a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do procedimento.
- 4.6 É permitida a participação de empresas estrangeiras, desde que apresentem Decreto de Autorização para funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedida pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir e, ainda, atendam às exigências de habilitação mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por Tradutor Público e Intérprete Comercial, devendo ter representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.
- 4.7 **Não será permitida participação de Consórcios.**
- 4.8 **Não será permitida a participação de Cooperativas de Trabalho.**

CAPÍTULO QUINTO – DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E DE EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

- 5.1 Os licitantes que declararem, eletronicamente, em campo próprio, quando do envio da proposta inicial, o enquadramento social de que trata este subitem, devidamente comprovado conforme estabelece o presente Edital, terão tratamento diferenciado e favorecido nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006.
- 5.1.1 **A declaração eletrônica de enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, em campo específico do sistema eletrônico, dispensa a apresentação ou postagem de Declaração de Enquadramento como Micro empresa ou Empresa de Pequeno Porte do licitante na forma documental.**
- 5.1.2 **A declaração eletrônica não exclui a apresentação da comprovação de enquadramento como Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte, emitida pela Junta Comercial do Estado sede do licitante, quando este optar pelos benefícios deste tratamento diferenciado.**
- 5.2 A ausência dessa declaração, no momento do envio da proposta, significará a desistência da Microempresa ou de Empresa de Pequeno Porte de utilizar-se das prerrogativas a elas concedidas pela Lei Complementar Federal nº 123/2006.
- 5.3 Consideram-se empatadas as propostas apresentadas pelas Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte que estiverem no limite de até 5% (cinco por cento) superiores à proposta melhor classificada, desde que esta não seja de Microempresa ou de Empresa de Pequeno Porte.
- 5.4 Ocorrendo o empate, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006, a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte melhor classificada poderá apresentar proposta inferior à proposta de menor preço apurada no certame, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

- 5.5 No caso de não adjudicação à Microempresa ou à Empresa de Pequeno Porte serão convocadas as empresas remanescentes, de mesmo enquadramento social, na ordem classificatória, para o exercício de mesmo direito, que se encontrem na situação de empate. Na hipótese de não haver mais empresas de mesmo enquadramento social, o objeto da licitação será adjudicado para a empresa originalmente vencedora.
- 5.6 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar todos os documentos de habilitação, mesmo que estes apresentem alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista, sob pena de inabilitação.
- 5.7 A Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte que apresentar documentos com restrições quanto à regularidade fiscal e trabalhista tem assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da declaração de vencedor da licitação, prorrogável por igual período, a critério da PROCERGS, para apresentar as respectivas certidões de regularidade.
- 5.8 A não regularização da documentação implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação da multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total da proposta inicial, sendo facultado a PROCERGS convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.
- 5.9 A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que venha a ser contratada para a prestação de serviços, mediante cessão de mão de obra, não poderá se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional e estará sujeita à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, na forma da legislação em vigor, em decorrência de sua exclusão obrigatória, a contar do mês seguinte ao da contratação, salvo as exceções previstas no §5º-B a 5º-E do art. 18 da Lei Complementar Federal nº 123/2006.
- 5.9.1 Para efeito de comprovação, a empresa a ser contratada deverá apresentar, no prazo de até 90 (noventa) dias, cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do Contrato de prestação de serviços, mediante cessão de mão de obra.

CAPÍTULO SEXTO – DO CREDENCIAMENTO

- 6.1 Os interessados em participar da presente licitação deverão estar regularmente credenciados junto ao provedor do sistema, encaminhados em <https://portaldofornecedor.rs.gov.br>.
- 6.2 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.
- 6.3 O credenciamento implica a responsabilidade legal do licitante ou de seu representante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.
- 6.4 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.
- 6.5 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 6.6 No caso da permissão de participação de empresas em consórcio (item 4.7), o credenciamento e a operação do sistema eletrônico devem ser realizados pela empresa líder do consórcio.

CAPÍTULO SÉTIMO – DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 7.1 Os licitantes deverão encaminhar proposta inicial até a data e hora marcadas para a abertura da sessão, exclusivamente no sistema eletrônico em <https://www.compras.procergs.rs.gov.br>, quando se encerrará a fase de recebimento de propostas.
- 7.2 As propostas deverão estar datadas e ter prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias a contar da data da abertura da licitação. Não constando o prazo, entender-se-á 60 (sessenta) dias.
- 7.3 Os licitantes deverão consignar suas propostas comerciais contendo o **Preço Total do Prêmio do Lote**, já consideradas inclusas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da licitação.
- 7.3.1 O valor a ser cadastrado no sistema eletrônico, para fins de disputa durante a sessão pública do Pregão, será o **Preço Total do Prêmio do Lote**, devendo estar contempladas todas entregas, itens, prazos, atividades e serviços previstos neste Edital e seus Anexos.
- 7.3.2 Os licitantes deverão considerar, para efeitos de descontos a serem aplicados no cálculo do **Preço Total do Prêmio do Lote** a ser ofertado, os sistemas de detecção, alarme e combate a incêndio existentes no prédio Sede da PROCERGS, conforme consta no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.
- 7.3.3 O licitante vencedor deverá emitir apólice do seguro de acordo com os termos expressos na Minuta de Contrato (anexo deste Edital), devendo ser fornecidos documentos de anuência de eventuais terceiros que participem desta apólice, como resseguradores e/ou cosseguradores.
- 7.3.4 O PROCERGS recomenda aos licitantes interessados em participar deste certame a realizarem vistorias aos locais/prédios que serão segurados, com o objetivo de tomarem conhecimento das condições atuais dos bens imóveis, seus conteúdos e suas peculiaridades.
- 7.3.4.1 Os pedidos de vistoria aos locais de risco, prédios e demais itens constantes neste Edital deverão ser agendados com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas com o Sr. Marcelo Correa de Souza, através do endereço de correio eletrônico marcelo-souza@procergs.rs.gov.br e/ou telefone (51) 3210-3870.
- 7.3.4.2 Os licitantes que optarem em não realizar a vistoria técnica prevista neste item não poderão alegar o desconhecimento das condições dos locais/prédios a serem segurados e suas peculiaridades, como justificativa para se eximir das obrigações a serem assumidas em Contrato.
- 7.3.4.3 As empresas que optarem pela realização das vistorias técnicas, deverão realiza-las através de preposto da empresa interessada, devidamente identificado, acompanhado de instrumento procuratório registrado em cartório com cópia do Contrato Social da empresa interessada ou documento que formalize-o a representar a empresa, **sendo que estes documentos ficarão em posse do PROCERGS.**
- 7.3.5 O **Preço Total do Prêmio do Lote** e o **Critério de Aceitabilidade de Preço** deste Pregão Eletrônico são sigilosos conforme Art. 34 da Lei Federal nº 13.303/2016.

- 7.3.6 **As propostas dos licitantes deverão considerar as condições para prestação de serviços estabelecidas no Termo de Referência e na Minuta de Contrato, todos Anexos ao presente Edital.**
- 7.3.7 **Os licitantes poderão utilizar o Modelo de Proposta Comercial sugerido neste Edital como Anexo.**
- 7.3.8 **NÃO SERÁ SOLICITADA GARANTIA DE CUMPRIMENTO DO CONTRATO.**
- 7.4 No momento do envio da proposta, os licitantes deverão prestar, **por meio do sistema eletrônico**, as seguintes declarações:
- a) que estão cientes das condições contidas neste Edital e seus Anexos, bem como que cumprem plenamente os requisitos de habilitação;
 - b) que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para as suas participações, conforme referido no item 4.2, cientes da obrigatoriedade de declararem ocorrências posteriores;
 - c) que cumprem os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando aptos a usufruir do tratamento estabelecido em seus Arts. 42 a 49, se for o caso;
 - d) que não empregam menor(es) de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregam menor de dezesseis anos, ressalvado na condição de aprendiz a partir de quatorze anos, conforme legislação vigente;
 - e) **que assumem o compromisso de guardar todos os documentos exigidos para esta licitação, originais ou autenticados, anexados eletronicamente, pelo prazo de 10 (dez) anos, e apresentá-los quando requeridos pelo(a) Pregoeiro(a);**
 - f) **que os documentos anexados eletronicamente são fiéis aos originais e válidos para todos os efeitos legais, incorrendo nas sanções previstas na Lei Federal nº 13.303/2016 e legislação pertinente em caso de declaração falsa, sem prejuízo da responsabilização civil e criminal.**
- 7.5 **As declarações mencionadas no subitem anterior são condicionantes para a participação neste Pregão Eletrônico.**
- 7.6 Nos casos de emissão de declaração falsa, o(s) licitante(s) estará(ão) sujeito(s) à tipificação do crime de falsidade ideológica, previsto no Código Penal Brasileiro e nos crimes previstos na Lei Federal nº 13.303/2016, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no presente Edital.
- 7.7 Até a data e hora marcadas para fim do recebimento de propostas, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.
- 7.8 Após a abertura da sessão, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo resultante de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).
- 7.9 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital, que forem omissas ou apresentarem irregularidades, considerando o disposto neste Edital.
- 7.10 Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade dos licitantes, não lhes assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 7.11 **NÃO SERÁ ADMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS.**
- 7.12 A omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito cumprimento do objeto deste certame será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo o licitante pleitear acréscimo após a abertura da sessão pública.

- 7.13 O licitante deverá utilizar, sempre que possível, na elaboração da proposta, mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas existentes no local da execução dos serviços, desde que não se produzam prejuízos à eficiência na execução do objeto da licitação.
- 7.14 É de inteira responsabilidade do licitante obter dos órgãos competentes informações sobre a incidência ou não de tributos de qualquer natureza relativos ao objeto desta licitação, nos mercados interno e/ou externo, não se admitindo alegação de desconhecimento de incidência tributária, ou outras correlatas.
- 7.15 As propostas de todos licitantes ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

CAPÍTULO OITAVO – DA OPERACIONALIZAÇÃO DA SESSÃO ELETRÔNICA

- 8.1 Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) Pregoeiro(a), mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos no endereço eletrônico <https://www.compras.procergs.rs.gov.br>.
- 8.2 A participação no certame dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário estabelecidos neste Edital.
- 8.3 O encaminhamento da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento das exigências de habilitação previstas neste Edital.
- 8.4 Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema, pelo(a) Pregoeiro(a) ou de sua desconexão.
- 8.5 Se ocorrer a desconexão do(a) Pregoeiro(a) durante a etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 8.6 Quando a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos para o(a) Pregoeiro(a), a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes no Portal de Compras da PROCERGS, salvo se todos os participantes permanecem na sala virtual de disputa e concordem expressamente com a retomada dos trabalhos.
- 8.7 No caso de desconexão do licitante, o mesmo deverá de imediato, sob sua inteira responsabilidade, providenciar sua reconexão ao sistema.

CAPÍTULO NONO – DA REFERÊNCIA DE TEMPO

Todas as referências de tempo citadas no aviso da licitação, neste Edital, e durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário oficial de Brasília/DF e serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

CAPÍTULO DÉCIMO – DA ABERTURA DA PROPOSTA E DA ETAPA COMPETITIVA

- 10.1 A abertura das propostas e da sessão pública deste Pregão ocorrerão na data e horário indicados na primeira página deste Edital.
- 10.2 O(A) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

- 10.3 A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema eletrônico do Pregão, com acompanhamento em tempo real pelos licitantes, anexando-se cópia das propostas desclassificadas aos autos do processo licitatório.
- 10.4 O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) Pregoeiro(a).
- 10.5 Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.
- 10.6 Os licitantes classificados poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico do Pregão, sendo imediatamente informados do horário e do valor consignados no registro de cada lance.
- 10.7 Durante a sessão pública, a comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes ocorrerá exclusivamente pelo sistema eletrônico, não sendo aceitos nenhum outro tipo de contato, como meio telefônico ou *e-mail*.
- 10.8 Os licitantes somente poderão oferecer lances inferiores ao último por eles ofertado e registrado pelo sistema eletrônico. No caso de 2 (dois) ou mais lances iguais, prevalecerá aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 10.8.1 Com a finalidade de evitar o empate entre lances, o sistema eletrônico considera o registro de novas ofertas em milissegundos.
- 10.8.2 Havendo empate, mesmo considerando a condição acima, o desempate se dará nos termos previstos no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da PROCERGS.
- 10.9 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes terão informações, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação do ofertante.
- 10.10 Será permitida aos licitantes a apresentação de lances intermediários durante a disputa.
- 10.11 A apresentação de lances respeitará o intervalo mínimo de diferença de **1% (um por cento)**.
- 10.12 Não poderá haver desistência dos lances ofertados após a abertura da sessão, sujeitando-se os licitantes desistentes às sanções previstas neste Edital, salvo as decorrentes de caso fortuito ou imprevisível com a devida justificativa aceita pelo(a) Pregoeiro(a).
- 10.13 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 10.14 Durante a fase de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexecutável.
- 10.15 A etapa de envio de lances, caracterizada como **modo de disputa aberto**, durará **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos **últimos 2 (dois) minutos** do período de duração desta etapa.
- 10.15.1 A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de **2 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
- 10.15.2 Na hipótese de não haver novos lances, a etapa será encerrada automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances.

- 10.15.3 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de **pelo menos 5% (cinco por cento)**, o(a) Pregoeiro(a) poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no edital de licitação, para a definição das demais colocações.
- 10.15.4 Após o reinício previsto no item acima, os licitantes poderão ser convocados para apresentar lances intermediários.
- 10.15.5 Encerrada a etapa de que trata o item anterior, o sistema ordenará e divulgará os lances.
- 10.16 **Com o objetivo de manter a isonomia do certame e inibir a utilização de softwares tipo robôs de lances durante o tempo de disputa randômico, o intervalo de tempo entre lances será de 3 (três) segundos entre licitantes diferentes e de 10 (dez) segundos entre lances de um mesmo licitante.**
- 10.17 Definida a proposta vencedora, para fins de empate ficto, o sistema eletrônico aplicará o disposto no Capítulo Quinto deste Edital, se for o caso.

CAPÍTULO DÉCIMO PRIMEIRO – DAS NEGOCIAÇÕES

- 11.1 Após o encerramento da etapa de lances e da aplicação do empate ficto, se for o caso, o(a) Pregoeiro(a) poderá abrir negociação com o licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, visando a que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento estabelecido, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.
- 11.2 As negociações serão realizadas por meio do sistema eletrônico do Pregão, podendo ser acompanhadas pelos demais licitantes, durante a sessão pública, em tempo real.

CAPÍTULO DÉCIMO SEGUNDO – DA ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 12.1 O licitante classificado em primeiro lugar, por convocação e no **prazo não inferior a 20 (vinte) minutos**, definido pelo(a) Pregoeiro(a), deverá postar na página do respectivo Pregão em <https://www.compras.procergs.rs.gov.br>, a proposta de preço adequada ao valor ofertado, devidamente preenchida, que fará parte do futuro Contrato como anexo.
- 12.2 O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a proposta convocada, poderá ser desclassificado e, neste caso, estará sujeito às sanções previstas neste Edital.
- 12.3 O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer de técnicos da PROCERGS, para orientar sua decisão acerca da recusa ou aceitação da proposta.
- 12.4 Na análise da proposta, não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.
- 12.5 Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos ou irrisórios, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie expressamente à parcela ou à totalidade de remuneração.
- 12.6 Na verificação da conformidade da melhor proposta apresentada com os requisitos deste Edital será desclassificada aquela que:
- a) não atenda às exigências do ato convocatório da licitação;
 - b) **apresente preços em desacordo com os critérios de aceitabilidade estabelecidos pela PROCERGS, mesmo que sigilosos, conforme informado neste Edital;**
 - c) apresente preços manifestamente inexequíveis não comprovando sua exequibilidade.

- 12.7 Em caso de divergência entre valores grafados em algarismos e por extenso prevalecerá o valor por extenso.
- 12.8 A PROCERGS concederá ao licitante classificado em primeiro lugar a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta.
- 12.8.1 O(A) Pregoeiro(a) poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do licitante a sua demonstração.
- 12.8.2 Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, o(a) Pregoeiro(a) poderá realizar diligências para aferir a demonstração da exequibilidade da proposta, ou exigir do licitante a demonstração.
- 12.8.3 Será considerada inexecuível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.
- 12.9 **Será considerado vencedor o licitante que atender a íntegra do Edital e ofertar o menor Preço para este Pregão Eletrônico.**
- 12.10 A classificação dos lances apresentados, a indicação da proposta vencedora e demais informações relativas à sessão pública constarão de ata divulgada no sistema eletrônico do Pregão, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.
- 12.11 Erros ocorridos no preenchimento da Planilha de Custos e Formação de Preços, se exigida, não constituem motivo para desclassificação da proposta, podendo ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo(a) Pregoeiro(a), desde que não implique na majoração do preço proposto.
- 12.12 **Será(ão) considerado(s) excessivo(s), acarretando a desclassificação de eventual licitante classificado em primeiro lugar, o(s) preço(s) ofertado(s) superior(es) ao autorizado pela Diretoria da PROCERGS, mesmo que sigiloso(s).**

CAPÍTULO DÉCIMO TERCEIRO – DA HABILITAÇÃO

- 13.1 Após o aceite da proposta vencedora, o licitante será convocado a encaminhar eletronicamente, por meio do sistema em que foi realizada a disputa, no prazo mínimo de **2 (duas) horas** definido pelo(a) Pregoeiro(a), prorrogável por igual período, se requerido pelo licitante e aceite pelo(a) Pregoeiro(a), os documentos de habilitação abaixo discriminados.
- 13.2 Documentos Relativos à Habilitação Jurídica
- 13.2.1 Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI.
- 13.2.2 Registro comercial, no caso de empresa individual.
- 13.2.3 Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- 13.2.4 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

- 13.2.5 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 13.2.6 Enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa, emitido pela Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul ou Órgão equivalente de outro Estado da Federação, ou, ainda, pela forma prevista no Art. 39A da Lei Federal nº 8.934/1994, acompanhada da declaração na forma eletrônica, quando for o caso.
- 13.3 Documentos Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista
 - 13.3.1 Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).
 - 13.3.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
 - 13.3.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal da sede do licitante.
 - 13.3.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do estabelecimento Sede da empresa licitante.
 - 13.3.5 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do Rio Grande do Sul.
 - 13.3.6 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do licitante.
 - 13.3.7 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
 - 13.3.8 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- 13.4 Documentos Relativos à Qualificação Técnica
 - 13.4.1 Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto da licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de **2 (dois) ou mais atestados** fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado. O(s) atestado(s) deverá(ão) referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.
 - 13.4.2 **Certidão de Regularidade emitida pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados.**
- 13.5 Documentos Relativos à Habilitação Econômico-Financeira
 - 13.5.1 Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data prevista para o recebimento da documentação da habilitação.
 - 13.5.2 Certificado de Ateste e de Avaliação Econômico-Financeira de Licitantes, expedido pela Contadoria e Auditoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul (CAGE), a ser obtido no site <https://www.sisacf.sefaz.rs.gov.br>.

OU

- 13.5.3 Comprovação da Habilitação Econômico-Financeira do licitante, em consonância com o Decreto Estadual nº 57.154/2023, devendo apresentar índices de liquidez geral - ILG, de solvência geral - ISG, e de liquidez corrente - ILC, superiores a 1 (um), obtidos pelas seguintes fórmulas:
- a) Índice de Liquidez Geral (ILG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);
 - b) Índice de Solvência Geral (ISG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e
 - c) Índice de Liquidez Corrente (ILC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).
- 13.5.3.1 É dispensada a exigência das comprovações acima para o Microempreendedor Individual – MEI, que está prescindido da elaboração do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis na forma do Art. 1.179, § 2º da Lei Federal nº 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro).
- 13.5.3.2 O licitante enquadrado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte estará dispensado da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício, na forma do Art. 3º da Lei Estadual nº 13.706/2011.
- 13.5.3.3 Os documentos do item 13.5.3 poderão ser substituídos pelo Certificado de Ateste e de Avaliação Econômico-Financeira de Licitantes, expedido pela Contadoria e Auditoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul (CAGE), a ser obtido no site <https://wwwsisacf.sefaz.rs.gov.br>, conforme item acima.
- 13.6 Do Trabalho de Menor
- A apresentação da declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, ESTÁ DISPENSADA, conforme disposto neste Edital, DEVENDO O LICITANTE DECLARAR ESTA CONDIÇÃO EXCLUSIVAMENTE NO SISTEMA ELETRÔNICO.**
- 13.7 O Certificado de Fornecedor do Estado – CFE emitido na família designada no preâmbulo deste Edital e respectivo Anexo, substituem os documentos para habilitação que neles constam, exceto os relativos ao item 13.4 – Documentos Relativos à Qualificação Técnica.
- 13.8 **A entrega da documentação física original ou autenticada fica DISPENSADA, podendo ser solicitada a qualquer momento no prazo estabelecido pelo(a) Pregoeiro(a).**
- 13.9 Na falta de consignação do prazo de validade dos documentos arrolados no subitem 13.3, exceto subitens 13.3.1 e 13.3.2, serão considerados válidos pelo prazo de **180 (cento e oitenta) dias** contados da data de sua emissão.
- 13.10 Os documentos referentes à habilitação dos licitantes deverão estar válidos na data marcada para abertura da sessão pública deste Pregão Eletrônico.
- 13.11 Quando da apreciação de todos os documentos apresentados pelo licitante mais bem classificado, o(a) Pregoeiro(a) procederá ao que segue:

- 13.11.1 Será agendado o evento de **Julgamento da Habilitação** onde o(a) Pregoeiro(a) declarará se o licitante está habilitado ou inabilitado.
- 13.11.2 Sendo o licitante mais bem classificado declarado **habilitado**, o sistema eletrônico iniciará a contagem do prazo, não inferior a **10 (dez) minutos**, para os demais licitantes registrarem suas manifestações de intenção de interposição de **Recurso Administrativo**, se assim desejarem.
- 13.11.3 Sendo o licitante mais bem classificado declarado **inabilitado**, o(a) Pregoeiro(a) convocará o próximo classificado, pela ordem de classificação, para negociação de preço e, posteriormente, serão requeridos os documentos deste próximo licitante, e assim sucessivamente, até que seja encontrado licitante que atenda as condições do Edital.
- 13.11.4 O prazo para manifestação de intenção de interposição de **Recurso Administrativo** por licitante **inabilitado** ocorrerá somente quando houver a declaração de novo licitante habilitado neste certame, em novo **Julgamento da Habilitação** ou o certame restar fracassado, com o mesmo prazo de contagem de prazo estabelecido acima.
- 13.11.5 Se os documentos para habilitação não estiverem completos e corretos, ou contrariarem qualquer dispositivo deste Edital, o(a) Pregoeiro(a) considerará o licitante **inabilitado**, pelo não atendimento das exigências deste Edital.
- 13.12 Os licitantes remanescentes ficam obrigados a atender à convocação e, eventualmente, após homologação da licitação, a assinar o Contrato no prazo fixado pela PROCERGS, ressalvados os casos de vencimento das respectivas propostas, sujeitando-se às penalidades cabíveis no caso de recusa.
- 13.13 Os documentos deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, ou para ele vertidos por Tradutor Público e Intérprete Comercial, sendo que a tradução não dispensa a apresentação dos documentos em língua estrangeira a que se refere.
- 13.14 **Nos casos de apresentação de documento falso, os licitantes estarão sujeitos à tipificação dos crimes de falsidade, previstos na legislação brasileira, sem prejuízo da aplicação de sanções administrativas.**
- 13.15 Os documentos apresentados pelos licitantes que forem emitidos pela internet, ou que sejam substituídos pelo Certificado de Fornecedor do Estado – CFE, terão sua validade verificada pelo(a) Pregoeiro(a).

CAPÍTULO DÉCIMO QUARTO – DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 14.1 Os pedidos de esclarecimentos quanto ao Edital poderão ser solicitados ao(à) Pregoeiro(a) em até **3 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para a abertura da licitação, **exclusivamente pelo sistema eletrônico**, na página deste certame, no Portal de Compras da PROCERGS.
- 14.2 As impugnações ao Edital deste Pregão Eletrônico deverão ser dirigidas ao(à) Pregoeiro(a), **exclusivamente pelo sistema eletrônico** deste Pregão, no Portal de Compras da PROCERGS.
- 14.2.1 Decairá do direito de impugnação ao Edital quem não se manifestar em até **3 (três) dias úteis** antes da data fixada para a abertura da licitação, apontando as falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

- 14.2.2 O licitante que apresentar impugnação deverá encaminhar suas razões fundamentadas ao(à) Pregoeiro(a), que instruirá sua resposta e submeterá à apreciação do Diretor-Presidente da PROCERGS, ou quem o estiver substituindo, para sua decisão.
- 14.2.3 Caberá ao(à) Pregoeiro(a), auxiliado pela área demandante da licitação, opinar sobre a impugnação, submeter à decisão do Diretor-Presidente da PROCERGS e publicar a decisão sobre o pedido em **até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.**
- 14.2.4 A impugnação feita tempestivamente não impedirá o licitante de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.
- 14.2.5 Acolhida a impugnação contra o instrumento convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame, quando a resposta resultar alteração que interfira na elaboração da proposta.
- 14.3 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de registrar **Recurso Administrativo**, em formulário eletrônico específico do sistema eletrônico, com registro em ata da síntese das suas razões, no prazo não inferior a **10 (dez) minutos**.
- 14.3.1 Será concedido o prazo de **3 (três) dias úteis**, contado da declaração de vencedor, para o licitante interessado apresentar suas razões fundamentadas, exclusivamente na página eletrônica deste Pregão em <https://www.compras.procergs.rs.gov.br>.
- 14.3.2 Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no **prazo de 3 (três) dias úteis**, contado da data de intimação ou de divulgação da interposição do recurso.
- 14.3.3 A falta de manifestação nos termos previstos neste Edital importará na decadência do direito ao Recurso Administrativo, ficando a PROCERGS autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor ou homologar o fracasso da licitação.
- 14.4 Caberá ao(à) Pregoeiro(a) receber, examinar, encaminhar para a área demandante da licitação, se necessário e opinar sobre os Recursos Administrativos, encaminhando ao Diretor-Presidente, ou quem o estiver substituindo, devidamente informado, quando mantiver a sua decisão.
- 14.4.1 A petição de Recurso Administrativo dirigida à autoridade competente, por intermédio do(a) Pregoeiro(a), deverá ser fundamentada e encaminhada eletronicamente por meio do sistema em que foi realizada a disputa deste Pregão ou em processo administrativo eletrônico.
- 14.4.2 O Recurso Administrativo será conhecido pelo(a) Pregoeiro(a), se for tempestivo, se estiver fundamentado conforme as razões manifestadas no final da sessão pública, se estiver de acordo com as condições deste Edital e se atender as demais condições para a sua admissibilidade.
- 14.4.3 O acolhimento de Recurso Administrativo implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 14.4.4 Os arquivos eletrônicos com textos das Razões e Contrarrazões serão encaminhados eletronicamente por meio do sistema em que foi realizada a disputa deste Pregão.
- 14.4.5 O Recurso Administrativo terá efeito suspensivo.

- 14.5 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia de início e se incluirá o do vencimento.
- 14.6 Os prazos previstos neste Edital iniciam e expiram exclusivamente em dias de expediente comercial da PROCERGS.

CAPÍTULO DÉCIMO QUINTO – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 15.1 O objeto desta licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor pelo Diretor-Presidente da PROCERGS, após a regular decisão dos Recursos Administrativos apresentados, se houver.
- 15.2 Constatada a regularidade dos atos praticados neste certame, o Diretor-Presidente da PROCERGS poderá homologar este procedimento licitatório.

CAPÍTULO DÉCIMO SEXTO – DO TERMO DE CONTRATO

- 16.1 O adjudicatário terá o **prazo de 10 (dez) dias úteis**, após formalmente convocado, para assinar o Contrato com a PROCERGS.
- 16.2 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Contrato, a PROCERGS poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento ou por meio eletrônico, para que seja assinado no **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, a contar da data de seu recebimento.
- 16.3 O prazo previsto no subitem acima poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela PROCERGS.
- 16.4 O prazo de vigência contratual será o estabelecido na Minuta de Contrato deste Edital.
- 16.5 O(s) local(is) de execução do(s) serviço(s) será(ão) o(s) previsto(s) no Termo de Referência e na Planilha de Custos e Formação de Preços, ambos deste Edital, quando couber.
- 16.6 Previamente à contratação será realizada consulta ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CFIL/RS e ao Cadastro Informativo – CADIN/RS para identificar possível impedimento relativo ao licitante vencedor, cujo comprovante será anexado ao processo.
- 16.7 Se o adjudicatário, no ato da assinatura do contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.
- 16.8 É facultado à PROCERGS, quando o convocado não assinar o Contrato, revogar esta licitação, sem prejuízo da aplicação das cominações previstas na legislação e neste Edital.
- 16.9 Os prazos para assinatura de Contrato previstos neste Edital aplicam-se, também, às assinaturas de Atas de Registro de Preços.
- 16.10 Nas contratações de prestação de serviços continuados, com dedicação exclusiva de mão de obra, a empresa futuramente contratada por este certame deverá comprovar o cumprimento da paridade salarial entre homens e mulheres em seus quadros de colaboradores que prestarão serviços à PROCERGS, conforme determina a Lei Estadual nº 16.190/2024.

- 16.10.1 A comprovação de paridade salarial deverá se dar mediante a apresentação de documento comprobatório que conterá o nome dos colaboradores da empresa contratada, o tempo de serviço, os cargos ocupados e os valores de remuneração, devidamente assinados por seu representante legal.
- 16.10.2 A apresentação de comprovação, nos termos acima, deverá se dar em até 15 (quinze) dias, contados da assinatura do Contrato.
- 16.10.3 A qualquer momento, durante a execução do Contrato, poderá ser exigida da empresa contratada a apresentação do documento comprobatório de cumprimento da paridade salarial entre homens e mulheres, nos termos acima.
- 16.10.4 Apuradas eventuais irregularidades, a empresa contratada terá o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para justificar possível desconformidade salarial ou para regularizar e restabelecer a situação com a reparação de eventuais prejuízos causados aos seus colaboradores, decorrentes da inadimplência.

CAPÍTULO DÉCIMO SÉTIMO – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

Não haverá prestação de garantia contratual pelo licitante vencedor, conforme Capítulo Sétimo deste Edital.

CAPÍTULO DÉCIMO OITAVO – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 18.1 O licitante poderá ser sancionado com o impedimento de licitar e contratar com a PROCERGS, pelo prazo de **até 2 (dois) anos**, sem prejuízo de multa, e demais cominações legais, nos seguintes casos:
- a) convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato ou Ata de Registro de Preços;
 - b) deixar de entregar a documentação exigida no Edital;
 - c) apresentar documentação falsa;
 - d) não mantiver a proposta;
 - e) cometer fraude fiscal;
 - f) comportar-se de modo inidôneo.
- 18.2 Serão reputados como inidôneos atos como os descritos no Código Penal Brasileiro.
- 18.3 A aplicação de sanções não exime o licitante da obrigação de reparar os danos, perdas ou prejuízos que sua conduta venha a causar à PROCERGS.
- 18.4 O licitante ou adjudicatário que cometer quaisquer das infrações discriminadas no subitem 18.1 ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a) multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da sua proposta inicial;
 - b) impedimento de licitar e de contratar com a PROCERGS pelo prazo de **até 2 (dois) anos**.
- 18.5 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento de licitar e de contratar.
- 18.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante ou adjudicatário, observando-se o procedimento previsto no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da PROCERGS.

- 18.7 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à PROCERGS, observado o princípio da proporcionalidade.
- 18.8 As sanções previstas nesta Cláusula não elidem a aplicação das penalidades estabelecidas no Art. 30 da Lei Federal nº 12.846/2013.
- 18.9 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas na Minuta de Contrato, anexo deste Edital.

CAPÍTULO DÉCIMO NONO – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 19.1 As atas decorrentes deste Pregão serão geradas pelo sistema eletrônico, após o encerramento da sessão pública pelo(a) Pregoeiro(a).
- 19.1.1 Nas atas da sessão pública, constarão os registros dos licitantes participantes, as propostas apresentadas, a análise da documentação de habilitação, as manifestações de intenção de interposição de recursos, se for o caso, o respectivo julgamento dos recursos, e o vencedor da licitação.
- 19.1.2 Os demais atos licitatórios serão registrados nos autos do processo da licitação.
- 19.2 O licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital, pois a simples apresentação da proposta o vincula de modo incondicional ao processo licitatório.
- 19.3 Ao participar desta licitação, o licitante concorda com os requisitos e disposições do Decreto Estadual nº 52.215/2014, em especial com a retenção do pagamento em caso de descumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.
- 19.4 A falsidade de qualquer documento ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do licitante que o tiver apresentado, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 19.5 No julgamento da habilitação e das propostas, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 19.6 Quaisquer esclarecimentos relacionados a este Edital poderão ser requeridas exclusivamente por meio eletrônico, mediante formalização de Pedido de Esclarecimento na página deste certame, no Portal de Compras da PROCERGS em <https://www.compras.procergs.rs.gov.br>.
- 19.7 Todas as informações, atas, atos administrativos e relatórios pertinentes à presente licitação serão disponibilizados na página do respectivo certame, no Portal de Compras da PROCERGS em <https://www.compras.procergs.rs.gov.br>. Após a abertura da sessão pública e havendo necessidade, os licitantes poderão contatar o(a) Pregoeiro(a) pelo endereço de correio eletrônico pregao@procergs.rs.gov.br.
- 19.8 A empresa a ser contratada deverá conceder livre acesso aos seus documentos e registros contábeis, referentes ao objeto da licitação, para os profissionais da PROCERGS e para os órgãos de controle interno e externo.
- 19.9 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

- 19.10 O presente Edital, bem como a proposta vencedora, farão parte integrante do instrumento de Contrato, como se nele estivessem transcritos.
- 19.11 É facultado ao(à) Pregoeiro(a) ou à autoridade superior convocar os licitantes para quaisquer esclarecimentos necessários ao entendimento de suas propostas.
- 19.12 Aplicam-se aos casos omissos as disposições constantes na Lei Federal nº 13.303/2016 e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da PROCERGS.
- 19.13 Em caso de divergência entre as disposições deste Edital ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 19.14 Fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre/RS, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas a este Edital ou ao Contrato vinculado a esta licitação.
- 19.15 Integram este Edital, ainda, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- Anexo I – Termo de Referência;
 - Anexo II – Modelo de Proposta Comercial;
 - Anexo III – Minuta de Contrato.

Porto Alegre/RS, 25 de agosto de 2025.

Daniel Antunes Carpter,
Pregoeiro

ANEXO I

O presente Termo de Referência estabelece as características técnicas mínimas obrigatórias para atendimento desta licitação.

TERMO DE REFERÊNCIA

SERVIÇOS DE SEGURO PATRIMONIAL – INCÊNDIO / DANOS

1 Informações Gerais

- 1.1 **Objetos segurados:** prédios próprios da PROCERGS, com infraestruturas, benfeitorias e seus conteúdos, compondo-se estes, principalmente, de equipamentos de tecnologia da informação e comunicação, móveis e utensílios em geral e em prédios cedidos e/ou alugados à PROCERGS, somente conteúdo. São considerados conteúdos os bens móveis próprios ou de terceiros, sob guarda formal da PROCERGS.
 - 1.1.1 Conteúdos são considerados bens móveis próprios ou de terceiros, sob guarda formal da PROCERGS.
- 1.2 **Locais de Risco:** diversos locais no Estado do Rio Grande do Sul (Tabela A).
- 1.3 **Valor em Risco:** LMG (Limite Máximo de Garantia) calculado pelo somatório dos LMI (Limite Máximo de Indenização) por risco/local.
- 1.4 **Forma de Contratação:** As coberturas de Incêndio, inclusive resultante de Tumultos, Queda de Raio, Explosão de Qualquer Natureza, Implosão são a 1º Risco Relativo, não havendo aplicação de Rateio se o Valor em Risco Declarado na apólice for igual ou superior a 80% (oitenta por cento) do Valor em Risco apurado no momento de sinistro. Caso contrário, correrá por conta da PROCERGS a parte proporcional dos prejuízos correspondentes à diferença entre o Valor em Risco apurado no momento do sinistro e o Valor em Risco expressamente declarado na apólice. Demais coberturas a 1º Risco Absoluto.
 - 1.4.1 Critério de Indenização para Maquinismos Móveis e Utensílios: Valor de Novo, Limitada a 2 (duas) vezes o Valor Atual.
 - 1.4.2 Critério de Indenização para Mercadorias e Materiais Primas: Valor de Venda ou de Produção, limitado ao que for menor.
- 1.5 **Utilização:** escritórios de prestação de serviços em tecnologia da informação e comunicação, data center, almoxarifado e outros.
- 1.6 **Vigência:** 1 (um) ano a partir da data definida em contrato.
- 1.7 **Pagamento:** em 4 (quatro) parcelas iguais, mensais e consecutivas.
- 1.8 **Fornecer na habilitação:** documentos de anuência de eventuais terceiros que participem da apólice, como resseguradores e/ou cosseguradores.

- 2 O seguro cobre os riscos básicos de incêndio, de queda de raio e explosão de qualquer natureza, que venham a ocasionar danos aos bens segurados, nos prédios e seus conteúdos, considerando-se a indenização de bens eventualmente sinistrados, até o Limite Máximo de Indenização – LMI, conforme valores expressos na Tabela A do **item 12**, sendo que, no Local de número 5 desta tabela, o LMI será específico até o valor em risco para cada um dos 67 (sessenta e sete) locais, conforme descrito, no Anexo A, com aplicação de franquia prevista no item 6.
- 3 O seguro cobre os riscos acessórios de fenômenos atmosféricos como temporal, *downburst*, microexplosão, microcélula, vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo e outros que venham a ocasionar danos aos bens segurados e dos riscos acessórios de queda de aeronaves ou quaisquer outros objetos, engenhos aéreos ou espaciais, impacto de veículos terrestres e fumaça nos prédios e seus conteúdos, considerando-se a indenização de bens eventualmente sinistrados até o limite de **R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais)**, por local, com aplicação de franquia prevista no item 6.
- 4 O seguro cobre os riscos acessórios de danos elétricos para todas as instalações e equipamentos elétricos e eletrônicos, que venham a ocasionar danos aos bens segurados, nos prédios e seus conteúdos, considerando-se a indenização de bens eventualmente sinistrados até o limite de até o limite de **R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais)**, por local, com aplicação de franquia prevista no item 6.
- 5 O seguro cobre os riscos acessórios de roubo/furto qualificado considerando-se a indenização de bens eventualmente sinistrados até o limite de **R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)**, por local, com aplicação de franquia prevista no item 6.
- 6 Os valores de franquia utilizados na indenização de bens eventualmente sinistrados serão:
 - 6.1 Para os riscos básicos de incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, a franquia será de 15% (quinze por cento), com valor mínimo de **R\$ 10.000,00 (dez mil reais)**, por sinistro.
 - 6.2 Para os riscos acessórios de fenômenos atmosféricos como temporal, *downburst*, microexplosão, microcélula, vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo e outros e para os riscos acessórios de queda de aeronaves ou quaisquer outros objetos, engenhos aéreos ou espaciais, impacto de veículos terrestres e fumaça que venham a ocasionar danos aos bens segurados nos prédios e seus conteúdos, a franquia será de 20% (vinte por cento), com valor mínimo de **R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)**, por sinistro.
 - 6.2 Para os riscos acessórios de danos elétricos, para todas as instalações e equipamentos elétricos e eletrônicos, que venham a ocasionar danos aos bens segurados, nos prédios e seus conteúdos a franquia será de 15% (quinze por cento), com valor mínimo de **R\$ 10.000,00 (dez mil reais)**, por sinistro.
 - 6.3 Para os riscos acessórios de roubo/furto qualificado de bens, a franquia será de 10% (dez por cento), com valor mínimo de **R\$ 3.000,00 (três mil reais)**, por sinistro.
- 7 **Objetos Segurados:** prédios próprios da PROCERGS, com infraestruturas e benfeitorias, e seus conteúdos, compondo-se estes principalmente de equipamentos de tecnologia da informação e comunicações, móveis e utensílios em geral e, em prédios cedidos e/ou alugados à PROCERGS, somente conteúdo.
- 8 **Locais de Risco:** diversos locais no Estado do Rio Grande do Sul (Tabela A).
- 9 Para o caso de chamado de Aviso de Sinistro, deverá ser informado na proposta comercial, telefone / e-mail, para acionamento e o nome do responsável na seguradora. A seguradora, por sua vez, solicitará documentos necessários que possibilitem o pagamento da respectiva indenização.

- 10 A simples alteração de endereço, de um ou mais locais citados no **Anexo A**, desse Termo de Referência, sem alteração do valor de conteúdo destes, deverá ser comunicada pela PROCERGS à empresa a ser contratada, com confirmação de recebimento, não havendo, para esta situação, qualquer alteração do valor do prêmio ofertado.
- 11 Os pedidos de vistoria dos locais de risco, prédios e demais itens constantes deste Edital, deverão ser agendados com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, através do endereço de correio eletrônico marcelo-souza@procergs.rs.gov.br e telefone (51) 3210-3870, com o Sr. Marcelo Corrêa de Souza.
- 12 **TABELA A**

O valor total dos bens segurados é de **R\$ 303.252.169,85 (trezentos e três milhões, duzentos e cinquenta e dois mil, cento e sessenta e nove reais e oitenta e cinco centavos)**, conforme segue:

Local	Endereço	Atividade	Valor do Imóvel (R\$)	Conteúdo (R\$)	Valor em Risco (R\$)	Extintor	Hidrante	Alarme
1	Praça dos Açorianos, s/nº - Porto Alegre	Escritório e Data Center	47.217.840,00	226.554.745,58	273.772.585,58 *	Sim	Sim	Sim
2	R. Dr. Mário Totta, 64 - Porto Alegre	Salas de Aula e Auditório	3.490.964,00	775.382,45	4.266.346,45	Sim	Não	Não
3	R. Dona Margarida, 64 - Porto Alegre	Almoxarifado	Não aplicável	5.022.481,20	5.022.481,20	Sim	Sim	Não
4	Rua Engenheiro Afonso Cavalcanti, 100 - Porto Alegre	Data Center	Não aplicável	10.580.581,45	10.580.581,45	Sim	Sim	Sim
5	67 (sessenta e sete) locais na Capital e municípios do RS, conforme Anexo A.	Salas Técnicas	Não aplicável	9.610.175,17	9.610.175,17	Sim	Não	Não
TOTAL VALOR EM RISCO (R\$)					303.252.169,85			

*Limite Máximo de Indenização.

14 **TABELA B: Limites Máximos de Indenização e Franquias**

Coberturas	Limite Máximo Indenização	Franquia POS (R\$)
Riscos básicos de incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza	R\$ 273.772.585,58	(**) R\$ 10.000,00
Riscos acessórios de fenômenos atmosféricos como temporal, <i>downburst</i> , microexplosão, microcélula, vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo e outros que venham a ocasionar danos aos bens segurados e dos riscos acessórios de queda de aeronaves ou quaisquer outros objetos, engenhos aéreos ou espaciais, impacto de veículos terrestres e fumaça nos prédios e seus conteúdos.	R\$ 10.000.000,00	(***) R\$ 30.000,00
Riscos acessórios de danos elétricos	R\$ 8.000.000,00	(**) R\$ 10.000,00
Riscos acessórios de Roubo/Furto Qualificado de Bens	R\$ 120.000,00	(*) R\$ 3.000,00

P.O.S – Participação Obrigatória de Segurado

(*) = P.O.S. 10% prejuízos indenizáveis com mínimo de (valor informado acima)

(**) = P.O.S. 15% prejuízos indenizáveis com mínimo de (valor informado acima)

(***) = P.O.S. 20% prejuízos indenizáveis com mínimo de (valor informado acima)

ANEXO A

DEMONSTRATIVO DOS ENDEREÇOS DOS LOCAIS, QUE COMPÕE O LOCAL 5 DO ITEM 12, NA CAPITAL E MUNICÍPIOS DO RS

Código do Local	Endereço	CEP	Município	Valor (R\$)	Extintor	Hidrante	Alarme
575	PCA. GETULIO VARGAS, 680 - CENTRO	97542-450	ALEGRETE	348.039,04	Sim	Não	Não
341	PROF. SILVANA NARVAEZ, 61	96740-970	ARROIO DOS RATOS	869,60	Sim	Não	Não
20501	R. SALGADO FILHO, 61 - CENTRO	96400-600	BAGÉ	189.976,79	Sim	Não	Não
36301	R. MAL. FLORIANO, 142 - SUB-SOLO - CENTRO	95020-370	BENTO GONÇALVES	185.903,64	Sim	Não	Não
462	R. RAMIRO BARCELOS, 2762	96508-070	CACHOEIRA DO SUL	178.545,14	Sim	Não	Não
322	R. OLAVO DE MORAES, 969 - CENTRO	96180-970	CAMAQUÃ	180.231,03	Sim	Não	Não
617/610/372	ESTR. DO AEROPORTO, S/N	96495-000	CANDIOTA	58.544,44	Sim	Não	Não
620	R. BERNARDO PAZ, 567 - CENTRO	99500-000	CARAZINHO	99.347,93	Sim	Não	Não
914	R. DR. MONTAURY 1387, B. MADUREIRA CAXIAS DO SUL	95020-190	CAXIAS DO SUL	363.748,57	Sim	Não	Não
55301	R. GEN. CAMARA, 910 - CENTRO	98000-000	CRUZ ALTA	187.981,07	Sim	Não	Não
529	PCA. DA BANDEIRA, 190 - PRED ANTIGO FORUM	99700-000	ERECHIM	185.701,69	Sim	Não	Não
1007	BR 116 - PARQUE DE EXPOSICOES	93270-000	ESTEIO	44.134,79	Sim	Não	Não
474	ROD. BR 116 - S/N KM 13 - PoP	93270-000	ESTEIO	171.777,53	Sim	Não	Não
31801	R. PRES. KENNEDY, 1235	98400-000	FRED. WESTPHALEN	93.197,00	Sim	Não	Não
450	AV. HENRIQUE CLOSS, S/N - RS 118 KM 13 - ÁGUAS MORTAS	94371-000	GRAVATAÍ	34.630,21	Sim	Não	Não
581	R. DR. LUIZ BASTOS DO PRADO, 901	94010-020	GRAVATAÍ	175.442,90	Sim	Não	Não
924	COM. ALVARO GUASPARI, 40 SL. 116	90035-020	PORTO ALEGRE	37.808,73	Sim	Não	Não
57801	R. DR. LAURO AZAMBUJA, 155 - S. 203/208 - CENTRO	92500-000	GUÁIBA	184.223,69	Sim	Não	Não
36801	R. ERNESTO ALVES, 229 - CENTRO	98700-000	IJUI	182.799,46	Sim	Não	Não
332	R. AUGUSTO LEIVAS, 1034	96300-000	JAGUARÃO	189.945,28	Sim	Não	Não
58701	R. IRMAO EMILIO CONRADO, 120 - 04 AND. - FLORESTAL	95900-000	LAJEADO	136.452,86	Sim	Não	Não
961	CEL. TRAVASSOS, 1111 - RONDONIA	93000-000	NOVO HAMBURGO	163.951,56	Sim	Não	Não
59001	R. ANPHILOQUIO DIAS MARQUES, 114 - SL. 08	95520-000	OSÓRIO	153.052,30	Sim	Não	Não
955	CEL. EVARISTO 890 - CENTRO	98300-000	PALM. DAS MISSÕES	170.334,87	Sim	Não	Não
909	AV. PRES. VARGAS 1501, SAO CRISTOVAO PASSO FUNDO	99034-204	PASSO FUNDO	333.813,17	Sim	Não	Não
374	AV. CIDADE DE LISBOA, 2956 - PASSO DO SALSO	96045-010	PELOTAS	55.638,67	Sim	Não	Não
967	AV. BENTO GONCALVES, 4569 - CENTRO - PELOTAS	96015-140	PELOTAS	326.153,86	Sim	Não	Não
176	R. RAMIRO BARCELOS, 2574 - RIO BRANCO	90035-003	PORTO ALEGRE	63.254,73	Sim	Não	Não
226	AV. BORGES DE MEDEIROS, 521 - 03 AND. - CENTRO	90020-022	PORTO ALEGRE	64.283,76	Sim	Não	Não
231	AV. FERNANDO FERRARI, 1001	90200-041	PORTO ALEGRE	90.016,94	Sim	Não	Não
447	AV. BORGES DE MEDEIROS, 261 - TERREO SL.	90020-020	PORTO ALEGRE	45.100,24	Sim	Não	Não
00478/97701	AV. MAUA, 1155 - CENTRO	90010-080	PORTO ALEGRE	501.647,30	Sim	Não	Não
500	R. RIACHUELO, 1285 - CENTRO	90010-273	PORTO ALEGRE	2.073,29	Sim	Não	Não
559	R. MANOELITO DE ORNELAS, 50 - SL. 200 - PRAIA DE BELAS	90110-230	PORTO ALEGRE	1.804,13	Sim	Não	Não
572	ESTR. JOÃO ANTÔNIO DA SILVEIRA, 2145 - RESTINGA	91970-400	PORTO ALEGRE	91.341,05	Sim	Não	Não
700	AV. ANTONIO DE CARVALHO, 5550 - 1 AND. AGRONOMIA	90160-092	PORTO ALEGRE	1.839,80	Sim	Não	Não
8101	R. WASHINGTON LUIZ, 1010 - SL. 301 - CENTRO	90010-460	PORTO ALEGRE	1.517,80	Sim	Não	Não
11401	AV. BORGES DE MEDEIROS, 1501 - 23AND. Praia de Belas	90010-340	PORTO ALEGRE	95.484,85	Sim	Não	Não
37601	AV. APARICIO BORGES, 2505	90680-570	PORTO ALEGRE	98.355,50	Sim	Não	Não
54701	BORGES DE MEDEIROS, 521 03#and. CENTRO PORTO ALEGRE	90020-023	PORTO ALEGRE	94.458,86	Sim	Não	Não
60101	R. CALDAS JUNIOR, 120 - 08 AND. -	90010-260	PORTO ALEGRE	179.384,15	Sim	Não	Não

	CENTRO						
60901	AV. JOAO PESSOA 2050, TERREO. - S.2	90040-001	PORTO ALEGRE	270.228,43	Sim	Não	Não
66801	PCA. MAL. DEODORO, 70 - CENTRO	90000-000	PORTO ALEGRE	96.202,42	Sim	Não	Não
734	AV. HONORIO BICALHO 20, GETULIO VARGAS RIO GRANDE	96201-020	RIO GRANDE	96.088,94	Sim	Não	Não
45301	R. MAL. FLORIANO PEIXOTO, 907	96810-000	SANTA CRUZ DO SUL	255.700,07	Sim	Não	Não
915	R. PINTO BANDEIRA 360, B. DORES - SANTA MARIA	97050-610	SANTA MARIA	412.899,95	Sim	Não	Não
63101	AV. RIO BRANCO, 634.	98900-000	SANTA ROSA	248.069,95	Sim	Não	Não
598	R. ZECA VIEIRA, 110 - BATUVA	97572-480	SANT. LIVRAMENTO	90.649,34	Sim	Não	Não
599	ASSENT. BOM SERA, S/N. - UPAMAROTY	97573-000	SANT. LIVRAMENTO	92.809,92	Sim	Não	Não
600	LOC. COXILHA SANTO INACIO, S/N. - COXILHA	97571-000	SANT. LIVRAMENTO	37.926,03	Sim	Não	Não
601	VL. PALOMAS, S/N. - PALOMAS	97573-970	SANT. LIVRAMENTO	95.847,17	Sim	Não	Não
727	ALM. TAMANDARE, 2765	97574-043	SANT. LIVRAMENTO	186.328,47	Sim	Não	Não
63301	MAL. FLORIANO PEIXOTO, 1430 - 03#AND	98801-650	SANTO ÂNGELO	348.329,62	Sim	Não	Não
962	AV. PRES VARGAS, 2062 - CENTRO	97670-000	SÃO BORJA	202.195,91	Sim	Não	Não
326	R. JOAO MANOEL, 508	97300-000	SÃO GABRIEL	136.503,60	Sim	Não	Não
716	R. DR. BENTO SOEIRO DE SOUZA, 2443 - CENTRO	97800-000	SÃO LUIZ GONZAGA	95.928,17	Sim	Não	Não
701	R. RIO BRANCO, 718 - ESQ. MAL. FLOR. AP#1 - CENTRO	99300-000	SOLEDADE	176.495,16	Sim	Não	Não
256	R. GEN. FROTA, 2426 - CENTRO	95600-000	TAQUARA	92.556,18	Sim	Não	Não
726	R. BORGES DE MEDEIROS, 233 - ESQ. DALTRO FILHO - CENTRO	98600-000	TRÊS PASSOS	129.917,18	Sim	Não	Não
649	AV. GETULIO VARGAS, 3905 - CENTRO	97502-374	URUGUAIANA	177.159,43	Sim	Não	Não
595	R. CAMPOS SALES, 129 - CENTRO	95200-000	VACARIA	41.697,14	Sim	Não	Não
993	JOAQUIM PORTO VILA NOVA, 201 04#AND	91410-400	PORTO ALEGRE	65.247,19	Sim	Não	Não
623	RODV. BR 116 - KM 009	95200-000	VACARIA	20.675,35	Sim	Não	Não
954	AV. BENTO GONCALVES, 8855 PREDIO 12	91540-000	PORTO ALEGRE	27.808,73	Sim	Não	Não
956	Av. PERNAMBUCO, 649 02#AND.	90240-004	PORTO ALEGRE	27.808,73	Sim	Não	Não
65601	R. DR. FLORES, 240	95200-000	VACARIA	155.492,18	Sim	Não	Não
66201	R. CEL. MARCOS DE ANDRADE, 508 - CENTRO	94400-000	VIAMÃO	266.801,69	Sim	Não	Não
TOTAL				9.610.175,17			

ANEXO II

Este Anexo apresenta o modelo sugerido de Proposta Comercial que poderá ser utilizado pelas empresas licitantes. Quaisquer informações adicionais necessárias a aferição do objeto desta licitação deverão ser consideradas e apresentadas pelas empresas participantes em suas propostas, mesmo que não previstas no presente Anexo.

PROPOSTA COMERCIAL

Proposta comercial que faz a [RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE], com sede na Av./Rua [NNNNNNNNNN NNNNNNNNNNN], nº [NNN], bairro [NNNNNNNNNNNNNN], no município de [NNNNNNNNNNNNNN]/[UF], inscrita no CNPJ-MF sob nº [NN.NNN.NNN/NNNN-NN] e Inscrição Estadual nº [NNNNNNNNNN], neste ato representada pelo seu/sua representante legal, Sr(a). [NNNNNNNNNNNNNN], conforme abaixo:

Descrição	Preço Total do Prêmio
Prestação de serviços continuados sem dedicação exclusiva de mão de obra, para cobertura por seguro, com limite máximo de garantia a ser contratado na forma de risco relativo, de bens móveis e imóveis do PROCERGS, ou sob sua guarda (no caso de bens móveis), por um período de 12 (doze) meses, contra riscos básicos de incêndio, de queda de raio, de explosão de qualquer natureza e de outros riscos acessórios, de acordo com as quantidades, condições e especificações estabelecidas no Edital e seus Anexos.	R\$

VALIDADE DA PROPOSTA:

DADOS BANCÁRIOS:

BANCO

AGÊNCIA

CONTA CORRENTE Nº

DADOS GERAIS:

RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO:

CARGO DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO:

TELEFONE:

E-MAIL:

[LOCAL E DATA]

[ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL]

[NOME DO REPRESENTANTE LEGAL]

[CARGO DO REPRESENTANTE LEGAL]

ANEXO IV**CONTRATO DE SEGURO CONTRA INCÊNDIO E OUTROS RISCOS ACESSÓRIOS
Nº 6039-00****MINUTA**

Contrato celebrado entre PROCERGS - Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio Grande do Sul S.A., com sede na Praça dos Açorianos, s/nº, CEP 90010-340, em Porto Alegre - RS, inscrita no CNPJ sob o nº 87.124.582/0001-04 e Inscrição Estadual sob o nº 096/256.509-1, neste ato representada pelo Diretor-Presidente Sr. Luiz Fernando Salvadori Zachia, RG nº 6018006822, CPF nº 220.946.440-49 e, pelo Diretor Administrativo-Financeiro, Sr. Romero Leite Pimentel, RG nº 2046435, SSP/DF, CPF nº 723.179.061-53, doravante denominada PROCERGS e e (pessoa física ou jurídica), estabelecida no(a) (endereço), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº e Inscrição Estadual sob o nº, representada neste ato por (representante da CONTRATADA), inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o nº, doravante denominada CONTRATADA, para a prestação dos serviços referidos na Cláusula Primeira - Do Objeto, de que trata o processo administrativo nº 25/0489-0000607-3, em decorrência do **Pregão Eletrônico nº /2025, Na Forma Eletrônica, Tipo Menor Preço**, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1 O presente termo tem por objeto a contratação de prestação de serviços continuados sem dedicação exclusiva de mão de obra, com limite máximo de garantia, para cobertura por seguro de imóveis próprios da PROCERGS, prédios cedidos e/ou alugados à PROCERGS e bens móveis próprios e ou sob sua guarda formal, principalmente de equipamentos de tecnologia da informação e comunicação, por um período de 12 (doze) meses, contra riscos básicos de incêndio, de queda de raio, de explosão de qualquer natureza e de outros riscos acessórios, de acordo com as quantidades, condições e especificações estabelecidas neste instrumento, no Termo de Referência e demais documentos anexos.
- 1.2 A Forma de contratação, das coberturas de Incêndio, Inclusive Resultante de Tumultos, Queda de Raio, Explosão de Qualquer Natureza, Implosão são a 1º Risco Relativo, não havendo aplicação de Rateio, se o Valor em Risco Declarado na apólice for igual ou superior a 80% (oitenta por cento) do Valor em Risco apurado no momento de sinistro. Caso contrário, correrá por conta da PROCERGS a parte proporcional dos prejuízos correspondentes à diferença entre o Valor em Risco apurado no momento do sinistro e o Valor em Risco expressamente declarado na apólice. Demais coberturas a 1º Risco Absoluto.
 - a) Critério de Indenização para Maquinismos Móveis e Utensílios - Valor de Novo, Limitada a 2 (duas) vezes o Valor Atual.
 - b) Critério de Indenização para Mercadorias e Materiais Primas - Valor de Venda ou de Produção, limitado ao que for menor.
- 1.3 Este Contrato vincula-se ao Edital de Pregão, identificado no preâmbulo, e à proposta comercial datada de /..... /2025, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

A execução do presente contrato abrange as seguintes ações/tarefas:

- 2.1 O objeto segurado compreende os prédios próprios da PROCERGS, prédios cedidos e/ou alugados à PROCERGS, com infraestruturas e benfeitorias, e seus conteúdos, compondo-se estes, principalmente, de equipamentos de tecnologia da informação e comunicações (pequeno, médio e grande portes), móveis e utensílios em geral e, os prédios cedidos e locados, conferindo a estes, somente o conteúdo (equipamentos, móveis e utensílios).
- 2.1.1 Local do Risco: diversos locais no Estado do Rio Grande do Sul, conforme descrito nas tabelas demonstrativas abaixo, item 2.2.
- 2.1.2 Utilização dos bens, móveis e imóveis: escritórios de prestação de serviços de soluções em governo eletrônico, Data Center, almoxarifados, salas de aula, sala de reuniões e outros.
- 2.2 O valor total dos bens segurados é de R\$ 303.252.169,85 (trezentos e três milhões e duzentos e cinquenta e dois mil e cento e sessenta e nove reais e oitenta e cinco centavos), conforme segue:

Tabela Referencial A:

Local	Endereço	Atividade	Valor do Imóvel (R\$)	Conteúdo (R\$)	LMI (R\$)	Extintor	Hidrante	Alarme
1	Praça dos Açorianos, s/nº - Porto Alegre	Escritório e Data Center	47.217.840,00	226.554.745,58	273.772.585,58	Sim	Sim	Sim
2	R. Dr. Mário Totta, 64 - Porto Alegre	Salas de Aula e Auditório	3.490.964,00	775.382,45	4.266.346,45	Sim	Não	Não
3	R. Dona Margarida, 64 - Porto Alegre	Almoxarifado	Não aplicável	5.022.481,20	5.022.481,20	Sim	Sim	Sim
4	Rua Engenheiro Afonso Cavalcanti, 100 - Porto Alegre	Data Center	Não aplicável	10.580.581,45	10.580.581,45	Sim	Sim	Sim
5	Sessenta e sete locais na Capital e municípios do RS, conforme Anexo A.	Salas Técnicas	Não aplicável	9.610.175,17	9.610.175,17	Sim	Não	Não
LIMITE MÁXIMO DE GARANTIA (LMG)					303.252.169,85			

*Os locais estão especificados no Quadro Demonstrativo, Anexo A, deste termo Contratual.

Tabela Referencial B: Limites Máximos de Indenização e Franquias

Coberturas	Limite Máximo Indenização	Franquia (R\$)
Riscos básicos de incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza.	R\$ 273.772.585,58	POS* 15% com mín. R\$ 10.000,00
Riscos acessórios de fenômenos atmosféricos como temporal, downburst, microexplosão, microcélula, vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo e outros que venham a ocasionar danos aos bens segurados e dos riscos acessórios de queda de aeronaves ou quaisquer outros objetos, engenhos aéreos ou espaciais, impacto de veículos terrestres e fumaça nos prédios e seus conteúdos.	R\$ 10.000.000,00	POS* 20% com mín. R\$ 10.000,00
Riscos acessórios de danos elétricos.	R\$ 8.000.000,00	POS* 15% com mín. R\$ 10.000,00
Riscos acessórios de Roubo / Furto Qualificado de Bens.	R\$ 120.000,00	POS* 10% com mín. R\$ 3.000,00

*POS – Participação Obrigatória de Segurado

- 2.3 O seguro cobre os riscos básicos de incêndio, de queda de raio e explosão de qualquer natureza, sem aplicação de franquia, nos prédios e seus conteúdos, considerando-se a indenização de bens eventualmente sinistrados até o Limite Máximo de Indenização - LMI, conforme valores expressos na Tabela Referencial A, acima, sendo que, no Local de número 5, o LMI será

específico para cada um dos 67 (sessenta e sete) locais que integram esta linha da tabela, com aplicação de franquia prevista no item 2.8.1.

- 2.4 O seguro cobre os riscos acessórios de fenômenos atmosféricos, como temporal, downburst, microexplosão, microcélula, vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo e outros e os riscos acessórios de queda de aeronaves ou quaisquer outros objetos, engenhos aéreos ou espaciais, impacto de veículos terrestres e fumaça que venham a ocasionar danos aos bens segurados, nos prédios e seus conteúdos, considerando-se a indenização de bens eventualmente sinistrados, até o limite de **R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais)**, com aplicação de franquia prevista no item 2.8.2.
- 2.5 O seguro cobre os riscos acessórios de danos elétricos para todas as instalações e equipamentos elétricos e eletrônicos, que venham a ocasionar danos aos bens segurados, nos prédios e seus conteúdos, considerando-se a indenização de bens eventualmente sinistrados até o limite de **R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais)**, com aplicação de franquia prevista no item 2.8.3.
- 2.6 O seguro cobre os riscos acessórios de roubo / furto qualificado, considerando-se a indenização de bens eventualmente sinistrados até o limite de **R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)**, com aplicação de franquia prevista no item 2.8.4.
- 2.8 Os valores de franquia utilizados na indenização de bens eventualmente sinistrados serão:
- 2.8.1 Para os riscos básicos de incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, a franquia será de 15% (quinze por cento), com valor mínimo de **R\$ 10.000,00 (dez mil reais), por sinistro.**
- 2.8.2 Para os riscos acessórios de fenômenos atmosféricos como temporal, *downburst*, microexplosão, microcélula, vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo e outros e para os riscos acessórios de queda de aeronaves ou quaisquer outros objetos, engenhos aéreos ou espaciais, impacto de veículos terrestres e fumaça que venham a ocasionar danos aos bens segurados nos prédios e seus conteúdos, a franquia será de 20% (vinte por cento), com valor mínimo de **R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), por sinistro.**
- 2.8.3 Para os riscos acessórios de danos elétricos, para todas as instalações e equipamentos elétricos e eletrônicos, que venham a ocasionar danos aos bens segurados, nos prédios e seus conteúdos a franquia será de 15% (quinze por cento), com valor mínimo de **R\$ 10.000,00 (trinta mil reais), por sinistro.**
- 2.8.4 Para os riscos acessórios de roubo/furto qualificado de bens, a franquia será de 10% (dez por cento), com valor mínimo de **R\$ 3.000,00 (três mil e cem reais), por sinistro.**
- 2.9 Em ocorrendo simples alteração de endereço de um ou mais locais descritos na Tabela Referencial A, item 2.2 do presente contrato, sem alteração do valor de conteúdo destes, devendo esta ser comunicada pela PROCERGS a CONTRATADA, não repercutirá, para esta situação, qualquer alteração do valor do prêmio pactuado.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRÊMIO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 3.1 O valor do prêmio total para a cobertura dos bens segurados é de **R\$** (.....).
- 3.2 O pagamento do prêmio será efetuado em 04 (quatro) parcelas mensais, iguais, consecutivas, fixas e irrevogáveis no valor de (.....), com vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias da data de autorização para início do Contrato e as demais em 30 (trinta) dias após o vencimento da parcela imediatamente anterior, desde que os respectivos documentos de cobrança sejam apresentados à PROCERGS com, no mínimo, 10 (dez) dias de antecedência.
- 3.3 Todos os impostos, taxas e quaisquer outras despesas fiscais, incidentes sobre o presente Contrato, serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA.
- 3.4 A PROCERGS responsabiliza-se a depositar à CONTRATADA o valor correspondente na Conta Corrente nº, da Agência nº, do Banco
- 3.5 Durante a vigência do seguro contratado, observado o limite legal, eventuais acréscimos no valor LMI expresso no item 2.2 da Cláusula Segunda ocasionarão acréscimo proporcional no valor do prêmio, a ser pago pela PROCERGS, em parcela única.

CLÁUSULA QUARTA - DA INDENIZAÇÃO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 4.1 Para o recebimento da indenização, a PROCERGS deverá provar, satisfatoriamente, a ocorrência do sinistro, mediante formalização, através de documento expedido por órgão de segurança pública competente, bem como, quando possível, relatar todas as circunstâncias a ele relacionadas, nos termos da alínea “c” do item 12.2.1 do Contrato.
- 4.2 A indenização devida pela CONTRATADA, em consequência de eventual sinistro ocorrido com bem(ns) segurado(s), será paga no prazo não superior a 30 (trinta) dias a contar da data do cumprimento de todas as exigências feitas à PROCERGS, não estando a indenização condicionada à reposição de bem(ns) sinistrado(s) por parte da mesma.
- 4.3 O valor a ser indenizado será apurado aplicando-se a variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor - SNIPC, ou outro índice que venha a substituí-lo sobre o valor de aquisição do bem.
- 4.3.1 Na impossibilidade de apuração desse valor, conforme descrito acima, será utilizado, o valor de mercado ou o valor de um bem novo e equivalente.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PRAZOS

- 5.1 Os seguros terão vigência a partir da data da publicação da súmula do Contrato no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul e serão executados de acordo com o Edital de Pregão, a proposta vencedora da licitação e as cláusulas deste instrumento.
- 5.2 O prazo de duração do Contrato e Apólice será de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA SEXTA - DO NÃO REAJUSTE DO PRÊMIO

Em face da legislação vigente, o valor do prêmio é fixo e irrevogável.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS FRANQUIAS

Os valores de franquia utilizados na indenização de bens eventualmente sinistrados serão:

Coberturas	Limite Máximo Indenização	Franquia (R\$)
Riscos básicos de incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza.	R\$ 273.772.585,58	POS* 15% com mín. R\$ 10.000,00
Riscos acessórios de fenômenos atmosféricos como temporal, downburst, microexplosão, microcélula, vendaval, furacão, ciclone, tomado, granizo e outros que venham a ocasionar danos aos bens segurados e dos riscos acessórios de queda de aeronaves ou quaisquer outros objetos, engenhos aéreos ou espaciais, impacto de veículos terrestres e fumaça nos prédios e seus conteúdos.	R\$ 10.000.000,00	POS* 20% com mín. R\$ 10.000,00
Riscos acessórios de danos elétricos.	R\$ 8.000.000,00	POS* 15% com mín. R\$ 10.000,00
Riscos acessórios de Roubo / Furto Qualificado de Bens.	R\$ 120.000,00	POS* 10% com mín. R\$ 3.000,00

CLÁUSULA OITAVA - DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

Os valores do presente Contrato, não pagos na data do vencimento, deverão ser corrigidos desde então até a data do efetivo pagamento, pela variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor - SNIPC, ou outro índice que venha a substituí-lo, respeitada a periodicidade mínima determinada pela legislação vigente.

CLÁUSULA NONA – DO ACEITE DO OBJETO

Apresentada a Apólice e estando a mesma de acordo com o previsto na proposta e nas cláusulas contratuais e, ainda, observada a legislação em vigor, será dado o aceite pelo responsável da PROCERGS, para fins de pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta de recursos financeiros próprios da PROCERGS.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA

- 11.1 A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à PROCERGS ou a terceiros, na forma do art. 76 da Lei Federal nº 13.303/2016.
- 11.2 As partes obrigam-se a manter o mais rigoroso sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos e especificações que a ela venham a ser confiados ou que venha a ter acesso em razão dos serviços de manutenção, não podendo, sob qualquer pretexto, revelá-los, divulgá-los, reproduzi-los ou deles dar conhecimento a quaisquer terceiros, obedecendo ao Termo de Confidencialidade, Anexo C, que é parte integrante deste instrumento.
- 11.3 Adequação à Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.
 - 11.3.1 A CONTRATADA deve guardar registro de todas as operações de tratamento de dados pessoais efetuadas em razão do cumprimento deste Contrato e compartilhá-las com a PROCERGS, de forma estruturada, sempre que for necessário;

- 11.3.2 A CONTRATADA deve garantir a segurança, o sigilo e a confidencialidade dos dados pessoais tratados e, caso ocorra um incidente envolvendo esses dados, deve notificar a PROCERGS no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após ter ciência do incidente, descrevendo a natureza dos dados afetados, as informações sobre os titulares envolvidos e as medidas que foram ou que estão sendo adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo;
- 11.3.3 A CONTRATADA deve obter a anuência prévia e formal da PROCERGS, para fins de qualquer subcontratação ou compartilhamento com terceiros dos dados pessoais decorrentes da execução deste Contrato, bem como garantir a submissão do terceiro às mesmas obrigações da CONTRATADA no que se refere ao atendimento à legislação de proteção de dados pessoais;
- 11.3.4 A CONTRATADA deve excluir todo e qualquer dado pessoal tratado em decorrência da assinatura e execução deste contrato, assim que os dados não sejam mais necessários ou por solicitação da PROCERGS.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

12.1 Dos Direitos

Constitui direito de a PROCERGS receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e, da CONTRATADA, perceber o valor ajustado na forma e nos prazos convencionados.

12.2 Das Obrigações

12.2.1 Constituem obrigações da PROCERGS:

- a) efetuar o pagamento do prêmio ajustado;
- b) dar, à CONTRATADA, as condições necessárias à regular execução do Contrato;
- c) comunicar qualquer sinistro que possa acarretar a responsabilidade da CONTRATADA, por escrito, ou ao seu representante legal (na comunicação deverão constar a data, hora, local e causa do sinistro);
- d) prestar, à CONTRATADA, todos os esclarecimentos que se fizerem necessários para a boa execução dos serviços;
- e) A CONTRATADA deverá comprovar que possui Programa de Integridade se o prazo de vigência a que se refere a Cláusula Quinta, item 5.2 for igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias e o valor total da contratação for superior ao valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), atualizado pela variação da UPF/RS até o ano da assinatura do contrato, conforme art. 7º da Instrução Normativa CAGE nº 6, de 23 de dezembro de 2021.
 - e.1) A comprovação da exigência de Programa de Integridade se dará com a apresentação do Certificado de Apresentação de Programa de Integridade, fornecido pela Contadoria e Auditoria-Geral do Estado.
 - e.2) Caso a CONTRATADA seja um consórcio de empresas, a empresa líder do consórcio deverá obter o Certificado de Apresentação do Programa de Integridade.
 - e.3) Será de 180 (cento e oitenta) dias corridos, a contar da data de celebração do contrato, o prazo para obter o Certificado de Apresentação do Programa de Integridade.

- e.4) Caberá a CONTRATADA custear as despesas relacionadas à implantação do Programa de Integridade.
- e.5) Observar-se-á, para a apresentação e avaliação do Programa de Integridade, as disposições da Lei nº 15.228, de 25 de setembro de 2018, do Decreto nº 55.631, de 9 de dezembro de 2020, e da Instrução Normativa CAGE nº 6, de 23 de dezembro de 2021.
- f) indicar 01 (um) profissional de seu quadro funcional, para fazer ligação com a CONTRATADA sobre o objeto do presente Contrato.
- g) Obrigações da CONTRATADA referentes à Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD:
 - g.1) A CONTRATADA deverá garantir que a gestão dos dados pessoais decorrentes do CONTRATO ocorra com base nas Diretrizes e Normas Gerais da LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados, Nº 13.709/2018, que, segundo seu artigo primeiro, dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.
 - g.2) A CONTRATADA deverá garantir que os dados pessoais envolvidos no objeto deste contrato não serão utilizados para compartilhamento com terceiros alheios ao objeto de contratação, tampouco os utilizará para finalidade avessa à estipulada por este documento, salvo casos previstos em lei.
 - g.3) A CONTRATADA deverá garantir que os dados regulamentados pela LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados, nº 13.709/2018 estarão armazenados dentro do território nacional, salvo exceções de comum acordo com a CONTRATANTE.
 - g.4) É expressamente vedada a análise do comportamento dos titulares dos dados regulados pela legislação citada anteriormente com o objetivo de divulgação a terceiros.
 - g.5) A CONTRATADA deverá garantir que a execução do objeto da contratação esteja plenamente adequada à LGPD, permitindo assim auditorias solicitadas pela CONTRATANTE.

12.2.2 Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) prestar os serviços na forma ajustada;
- b) assumir inteira responsabilidade pelas obrigações sociais e trabalhistas de seus empregados;
- c) manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- d) apresentar, durante a execução do Contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, quanto às obrigações assumidas na presente licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- e) assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais decorrentes do presente Contrato;
- f) efetuar o pagamento da indenização, eventualmente ocorrida, no prazo avençado;
- g) emitir apólice do seguro de acordo com os termos expressos neste Contrato, devendo ser fornecidos documentos de anuência de eventuais terceiros que participem desta apólice, como resseguradores e/ou cosseguradores;
- h) apresentar, sempre que solicitada, a Certidão de Regularidade emitida pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, devendo estar com prazo de validade vigente;

- i) manter o mais rigoroso sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos e especificações que a ela venham a ser confiados ou que venha a ter acesso em razão dos serviços prestados, não podendo, sob qualquer pretexto, revelá-los, divulgá-los, reproduzi-los ou deles dar conhecimento a quaisquer terceiros, obedecendo ao Termo de Confidencialidade que é parte integrante deste instrumento;
- j) A PROCERGS deverá no ato da assinatura do contrato, verificar se o presente contrato se enquadra nos requisitos previstos no item 12.2.1, item “e)”, da Cláusula Décima Segunda e em caso positivo, deverá solicitar o Certificado de Apresentação de Programa de Integridade, fornecido pela Contadoria e Auditoria-Geral do Estado, no documento de expedição da ordem de início dos serviços.
- k) indicar 01 (um) profissional de seu quadro funcional, para fazer ligação com a PROCERGS sobre o objeto do presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

O acompanhamento e a fiscalização da execução do presente Contrato serão realizados por funcionários previamente designados pela PROCERGS, conforme Anexo B, os quais, na qualidade de **Gestor** e de **Fiscal do Contrato**, serão responsáveis pelo acompanhamento de sua execução, com as seguintes atribuições:

- a) acompanhar a execução do Contrato, em especial quanto ao objeto e prazos estipulados, garantindo a regularidade dos atos e a economicidade ao Estado;
- b) ratificar o recebimento do objeto, registrando as ocorrências relacionadas com a execução que estejam em divergências com o objeto contratado;
- c) solicitar, à CONTRATADA, as providências e medidas necessárias para a correta execução do Contrato, comunicando ao superior hierárquico quando estas ultrapassarem as suas próprias competências;
- d) informar e registrar as ressalvas quanto ao cumprimento dos prazos ou objeto;
- e) comunicar, ao superior hierárquico, e solicitar as alterações necessárias do objeto ou na forma de sua execução em razão de fato superveniente, força maior ou situação relevante que possa comprometer o objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES

- 14.1 Sem prejuízo da faculdade de rescisão contratual, a PROCERGS poderá aplicar sanções de natureza moratória e punitiva à CONTRATADA, diante do não cumprimento das cláusulas contratuais.
- 14.2 Com fundamento no artigo 83, inciso III da Lei Federal nº 13.303/2016, ficará impedida de licitar e contratar com a PROCERGS e será descredenciada do cadastro de fornecedores, pelo prazo de até 2 (dois) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral do Contrato e da aplicação de multa, a CONTRATADA se:
 - a) apresentar documentação falsa;
 - b) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
 - c) falhar na execução do Contrato;
 - d) fraudar a execução do Contrato;
 - e) comportar-se de modo inidôneo;
 - f) cometer fraude fiscal.

- 14.3 Configurar-se-á o retardamento da execução quando a CONTRATADA:
- a) deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do Contrato após 7 (sete) dias contados da data da ordem de serviço;
 - b) deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no Contrato por 3 (três) dias seguidos ou por 10 (dez) dias intercalados.
- 14.4 Falha na execução do Contrato estará configurada quando a CONTRATADA descumprir as obrigações e cláusulas contratuais, cuja dosimetria será aferida pela autoridade competente, de acordo com o que preceitua o item 14.11, desta Cláusula.
- 14.5 Para os fins da alínea “e” do item 14.2, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos arts. 337-F, 337-I, 337-J, 337-K, 337-L e no art. 337-M, §§ 1º e 2º, do Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).
- 14.6 Caso a CONTRATADA cometa qualquer das infrações discriminadas no item 14.2 ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 14.6.1 Multa:
- a) compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total atualizado do Contrato nos casos de inexecução, execução imperfeita ou em desacordo com as especificações e negligência na execução do objeto contratado, e nos casos de descumprimento de cláusula contratual ou norma de legislação pertinente;
 - b) moratória de até 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - c) moratória de 2% (dois por cento), sobre o valor total do Contrato, no caso de não assinatura do instrumento contratual no prazo de 10 (dez) dias, contado da convocação.
 - d) moratória de 0,02% (dois centésimos por cento) até o limite de 10% (dez por cento), por dia de atraso sobre o valor do contrato pela não obtenção do Certificado de Apresentação de Programa de Integridade dentro do prazo referido no item 12.2.1, alínea “e”.
- 14.7 Impedimento de licitar e de contratar com o Estado e descredenciamento no cadastro de fornecedores, pelo prazo de até 02 (dois) anos.
- 14.8 As multas compensatória e moratória poderão ser aplicadas cumulativamente, sem prejuízo da aplicação da sanção de impedimento de licitar e de contratar.
- 14.9 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o prazo de 10 (dez) dias úteis previstos no §2º do art. 83 da Lei nº 13.303/2016.
- 14.10 O valor da multa poderá ser descontado dos Documentos Fiscais de Cobrança devidas à CONTRATADA:
- a) se os valores dos Documentos Fiscais de Cobrança forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial;
 - b) esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à PROCERGS, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

- 14.11A PROCERGS, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração pública, observado o princípio da proporcionalidade.
- 14.12A aplicação de sanções não exime a CONTRATADA da obrigação de reparar os danos, perdas ou prejuízos que venha a causar ao ente público.
- 14.13O Contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no instrumento, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados nesta Cláusula e na Cláusula Décima Quinta, e nos termos previstos no §1º do art. 82 da Lei Federal nº 13.303/2016.
- 14.14As sanções previstas nesta Cláusula não elidem a aplicação das penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 12.846/2013, conforme o disposto no seu art. 30 ou nos arts. 337-E a 337-P, Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - RESCISÃO
--

- 15.1 Sem prejuízo das hipóteses e condições de extinção dos contratos previstos no direito privado, o presente contrato poderá ser rescindido unilateralmente nas seguintes hipóteses:
- a) nas hipóteses previstas na Cláusula Décima Quarta, em especial nos itens 14.2, 14.3, 14.4 e 14.5 que não estiverem explícitas nas alíneas a seguir;
 - b) pelo descumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
 - c) pelo cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
 - d) pela lentidão do seu cumprimento, caso comprovada a impossibilidade da conclusão do serviço, nos prazos estipulados;
 - e) pelo atraso injustificado no início do serviço ou fornecimento;
 - f) pela paralisação do serviço sem justa causa e prévia comunicação;
 - g) pela subcontratação total ou parcial do seu objeto, não admitidas no edital;
 - h) pela cessão ou transferência, total ou parcial, das obrigações da CONTRATADA à outrem;
 - i) pela associação da CONTRATADA com outrem, a fusão, cisão, incorporação, a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, salvo se não houver prejuízo à execução do contrato e aos princípios da administração pública, se forem mantidas as mesmas condições estabelecidas no contrato original e se forem mantidos os requisitos de habilitação;
 - j) pelo cometimento reiterado de faltas na sua execução;
 - k) pela decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
 - l) pela dissolução da sociedade;
 - m) por razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo gestor do contrato e ratificada pelo Diretor Presidente e exaradas em processo administrativo;
 - n) pelo descumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
- 15.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.
- 15.3 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) levantamento dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA EFICÁCIA

O presente Contrato somente terá eficácia após publicada a respectiva súmula no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, mediante autorização feita pela PROCERGS.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS VEDAÇÕES

É vedado à CONTRATADA:

- a) caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira;
- b) interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da PROCERGS, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 81 da Lei Federal nº 13.303/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pela PROCERGS, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 13.303/2016 e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

- 20.1 Se qualquer das partes relevar eventual falta relacionada com a execução deste Contrato, tal fato não significa liberação ou desoneração a qualquer delas.
- 20.2 No caso de ocorrer greve de caráter reivindicatório entre os profissionais da CONTRATADA ou de seus subcontratados, se permitido no Contrato, cabe a ela resolver imediatamente a pendência.
- 20.3 As partes considerarão cumprido o Contrato no momento em que todas as obrigações aqui estipuladas estiverem efetivamente satisfeitas, nos termos de direito e aceitas pela PROCERGS.
- 20.4 Haverá consulta prévia ao CADIN/RS, pelo órgão ou entidade competente, nos termos da Lei nº 10.697/1996, regulamentada pelo Decreto nº 36.888/1996.
- 20.5 O presente Contrato somente terá eficácia após publicada a respectiva súmula no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Fica eleito o Foro de Porto Alegre, como o competente para dirimir quaisquer questões advindas deste Contrato, com renúncia expressa a qualquer outro.

E, assim, por estarem as partes ajustadas e acordadas, lavram e assinam este Contrato, em 02 (duas) vias de iguais teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que produza seus jurídicos efeitos.

Porto Alegre, de de 2025.

Representante da PROCERGS

Representante da PROCERGS

Representante da CONTRATADA

TESTEMUNHAS

CPF:

CPF:

ANEXO A

Quadro Demonstrativo dos endereços, que compõem o Local 5 (loais na Capital e Municípios do RS) da Tabela Referencial A, Item 2.2 da Cláusula Segunda do presente Contrato.

Código Local	U	Endereço	CEP	Município	Extintor	Hidrante	Alarme
00383	1	R. QUINHENTOS E DEZ, 250	96445-000	ACEGUÁ	Sim	Não	Não
00575	1	PCA. GETULIO VARGAS, 680 - CENTRO	97542-450	ALEGRETE	Sim	Não	Não
20501	1	R. SALGADO FILHO, 61 - CENTRO	96400-600	BAGÉ	Sim	Não	Não
36301	1	R. MAL. FLORIANO, 142 - SUB-SOLO - CENTRO	95020-370	BENTO GONÇALVES	Sim	Não	Não
00462	1	R. RAMIRO BARCELOS, 2762	96508-070	CACHOEIRA DO SUL	Sim	Não	Não
00322	1	R. OLAVO DE MORAES, 969 - CENTRO	96180-970	CAMAQUÃ	Sim	Não	Não
00617	1	ESTR.DO AEROPORTO, S/N	96495-000	CANDIOTA	Sim	Não	Não
00620	1	R. BERNARDO PAZ, 567 - CENTRO	99500-000	CARAZINHO	Sim	Não	Não
00914	1	R. DR. MONTAURY 1387, B. MADUREIRA CAXIAS DO SUL	95020-190	CAXIAS DO SUL	Sim	Não	Não
55301	1	R. GEN. CAMARA, 910 - CENTRO	98000-000	CRUZ ALTA	Sim	Não	Não
00529	1	PCA. DA BANDEIRA, 190 - PRED ANTIGO FORUM	99700-000	ERECHIM	Sim	Não	Não
00474	1	ROD. BR 116 - S/N KM 13 - PoP	93270-000	ESTEIO	Sim	Não	Não
28201	1	ROD. BR 116 - S/N KM 13 - Stand	93270-000	ESTEIO	Sim	Não	Não
00609	1	R. ANGELO ANTONELLO, 30 - CENTRO	95180-000	FARROUPILHA	Sim	Não	Não
31801	1	R. PRES. KENNEDY, 1235	98400-000	FREDERICO WESTPHALEN	Sim	Não	Não
00450	1	AV. HENRIQUE CLOSS, S/N - RS 118 KM 13 - ÁGUAS MORTAS	94371-000	GRAVATAÍ	Sim	Não	Não
00581	1	R. DR. LUIZ BASTOS DO PRADO, 901	94010-020	GRAVATAÍ	Sim	Não	Não
57801	1	R DR. LAURO AZAMBUJA, 155 - S. 203/208 - CENTRO	92500-000	GUAÍBA	Sim	Não	Não
36801	1	R. ERNESTO ALVES, 229 - CENTRO	98700-000	IJUÍ	Sim	Não	Não
00332	1	R. AUGUSTO LEIVAS, 1034	96300-000	JAGUARÃO	Sim	Não	Não
00323	1	AV. AFONSO PENA, 36 - PREDIO DA FGTAS	95330-000	LAGOA VERMELHA	Sim	Não	Não
58701	1	R. IRMAO EMILIO CONRADO, 120 - 04 AND. - FLORESTAL	95900-000	LAJEADO	Sim	Não	Não
00486	1	Rua DAVID CANABARRO, 58 - CENTRO	93510-020	NOVO HAMBURGO	Sim	Não	Não
59001	1	R. ANPHILOQUIO DIAS MARQUES, 114 - SL. 08	95520-000	OSÓRIO	Sim	Não	Não
00577	1	R. BENJAMIN CONSTANT, 476 - 1º ANDAR - CENTRO	98300-000	PALMEIRA DAS MISSÕES	Sim	Não	Não
00909	1	AV. PRES. VARGAS 1501, SAO CRISTOVAO PASSO FUNDO	99034-204	PASSO FUNDO	Sim	Não	Não
00374	1	AV. CIDADE DE LISBOA, 2956 - PASSO DO SALSO	96045-010	PELOTAS	Sim	Não	Não
00698	1	R.GEN.NETO99702#AND.CENTRO PELOTAS	96015-280	PELOTAS	Sim	Não	Não
00176	1	R. RAMIRO BARCELOS, 2574 - RIO BRANCO	90035-003	PORTO ALEGRE	Sim	Não	Não
00226	1	AV. BORGES DE MEDEIROS, 521 - 03 AND. - CENTRO	90020-022	PORTO ALEGRE	Sim	Não	Não
00231	1	AV. FERNANDO FERRARI, 1001	90200-041	PORTO ALEGRE	Sim	Não	Não
00402	1	R. SIQUEIRA CAMPOS, 736 - 3 ANDAR - CENTRO	90010-000	PORTO ALEGRE	Sim	Não	Não
00447	1	AV. BORGES DE MEDEIROS, 261 - TERREO SL.	90020-020	PORTO ALEGRE	Sim	Não	Não
00478	1	AV. MAUA, 1155 - 02#AND. -CENTRO	90010-080	PORTO ALEGRE	Sim	Não	Não
00500	1	R. RIACHUELO, 1285 - CENTRO	90010-273	PORTO ALEGRE	Sim	Não	Não
00559	1	R. MANOELITO DE ORNELAS, 50 - SL 200 - P.BELAS	90110-230	PORTO ALEGRE	Sim	Não	Não
00572	1	ESTR. JOÃO ANTÔNIO DA SILVEIRA, 2145 - RESTINGA	91970-400	PORTO ALEGRE	Sim	Não	Não
00700	1	AV. ANTONIO DE CARVALHO, 5550 - 1 AND. AGRONOMIA	90160-092	PORTO ALEGRE	Sim	Não	Não
05601	1	AV. TERESOPOLIS, 2727 - TERESOPOLIS	90870-001	PORTO ALEGRE	Sim	Não	Não
08101	1	R. WASHINGTON LUIZ, 1010 - SL 301 - CENTRO	90010-460	PORTO ALEGRE	Sim	Não	Não
11401	1	AV. BORGES DE MEDEIROS, 1501 - 23AND. Praia de Belas	90010-340	PORTO ALEGRE	Sim	Não	Não
37601	1	AV. APARICIO BORGES, 2505	90680-570	PORTO ALEGRE	Sim	Não	Não
54701	1	BORGES DE MEDEIROS, 521 03#and. CENTRO		PORTO ALEGRE	Sim	Não	Não
60101	1	R. CALDAS JUNIOR, 120 - 08 AND. - CENTRO	90010-260	PORTO ALEGRE	Sim	Não	Não
60901	1	AV. JOAO PESSOA 2050, TERREO. - S.2.	90040-001	PORTO ALEGRE	Sim	Não	Não
66801	1	PCA. MAL. DEODORO, 70 - CENTRO	90000-000	PORTO ALEGRE	Sim	Não	Não
00734	1	AV. HONORIO BICALHO 20, GETULIO VARGAS RIO GRANDE	96201-020	RIO GRANDE	Sim	Não	Não
00327	1	R.BR.DO RIO BRANCO, 2494 - CENTRO	97590-000	ROSÁRIO DO SUL	Sim	Não	Não
45301	1	R. MAL. FLORIANO PEIXOTO, 907	96810-000	SANTA CRUZ DO SUL	Sim	Não	Não

00915	1	R. PINTO BANDEIRA 360, B. DORES - SANTA MARIA	97050-610	SANTA MARIA	Sim	Não	Não
00598	1	R. ZECA VIEIRA, 110 - BATUVA	97572-480	SANTANA DO LIVRAMENTO	Sim	Não	Não
00599	1	ASSENT. BOM SERA, S/N. - UPAMAROTY	97573-000	SANTANA DO LIVRAMENTO	Sim	Não	Não
00600	1	LOC. COXILHA SANTO INACIO, S/N. - COXILHA	97571-000	SANTANA DO LIVRAMENTO	Sim	Não	Não
00601	1	VL. PALOMAS, S/N. - PALOMAS	97573-970	SANTANA DO LIVRAMENTO	Sim	Não	Não
00328	1	R. BENTO GONCALVES, 1662 - CENTRO	97700-970	SANTIAGO	Sim	Não	Não
00328	1	R. BENTO GONCALVES, 1662	97700-970	SANTO ÂNGELO	Sim	Não	Não
00324	1	R. CANDIDO FALCAO, 1077 - CENTRO	97670-970	SÃO BORJA	Sim	Não	Não
00326	1	R. JOAO MANOEL, 508	97300-000	SÃO GABRIEL	Sim	Não	Não
00716	1	R. DR. BENTO SOEIRO DE SOUZA, 2443 - CENTRO	97800-000	SÃO LUIZ GONZAGA	Sim	Não	Não
00701	1	R. RIO BRANCO, 718 - ESQ.MAL.FLOR.AP#1 - CENTRO	99300-000	SOLEDADE	Sim	Não	Não
00256	1	R. GEN. FROTA, 2426 - CENTRO	95600-000	TAQUARA	Sim	Não	Não
00726	1	R. BORGES DE MEDEIROS, 233 - ESQ.DALTRO FILHO - CENTRO	98600-000	TRÊS PASSOS	Sim	Não	Não
00649	1	AV. GETULIO VARGAS, 3905 - CENTRO	97502-374	URUGUAIANA	Sim	Não	Não
00595	1	R. CAMPOS SALES, 129 - CENTRO	95200-000	VACARIA	Sim	Não	Não
00623	1	RODV. BR 116 - KM 009	95200-000	VACARIA	Sim	Não	Não
65601	1	R. DR. FLORES, 240	95200-000	VACARIA	Sim	Não	Não
66201	1	R. CEL MARCOS DE ANDRADE, 508 - CENTRO	94400-000	VIAMÃO	Sim	Não	Não
TOTAL	67						

ANEXO B**ATO DE DESIGNAÇÃO DE GESTOR DO CONTRATO****CONTRATO: 6039-00****Nº DO PROCESSO: 25/0489-0000607-3 – Pregão-..... /2025**

O Diretor-Presidente da PROCERGS, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

- 1 **Designar** o funcionário Marcelo Corrêa de Souza, cargo TO, matrícula 42903, CPF 414.174.880-34, na função de **Gestor do Contrato** celebrado entre a PROCERGS e a CONTRATADA, tendo previstas as atribuições na Instrução de Serviço Gestão de Contratos de Despesa.
- 2 **Designar** o funcionário Carlos Alberto Von Mühlen, cargo ADM, matrícula 30130, CPF 396.756.960-87, na função de **Fiscal do Contrato**, celebrado entre a PROCERGS e a CONTRATADA, tendo previstas as atribuições na Instrução de Serviço Gestão de Contratos de Despesa.
- 3 No exercício de suas funções deverão os funcionários empregar todo o zelo e diligência possíveis, acompanhando atentamente a execução do objeto contratado, de modo a preservar as especificações nele contidas, assim como aquelas indicadas em seus anexos e na proposta da CONTRATADA, determinando, sempre que necessário, as correções e adequações que se mostrem necessárias.
- 4 Quaisquer ocorrências deverão ser devidamente anotadas e notificadas, por escrito, à CONTRATADA, devendo os funcionários comunicar o fato para a sua chefia imediata, recomendando a adoção das providências cabíveis e, se for o caso, aplicação de penalidades pertinentes, após regular procedimento de apuração.
- 5 Os funcionários declaram ter ciência do previsto na Instrução de Serviço - Gestão de Contratos de Despesa.

LUIZ FERNANDO SALVADORI ZACHIA,
Diretor-Presidente da PROCERGS

MARCELO CORRÊA DE SOUZA,
Gestor do Contrato

CARLOS ALBERTO VON MÜHLEN,
Fiscal do Contrato

ANEXO C**TERMO DE CONFIDENCIALIDADE****CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Termo de Confidencialidade define os direitos, obrigações e responsabilidades das Partes em relação à segurança dos ativos envolvidos e necessários à execução do objeto do **Contrato 6039-00** doravante referido apenas como Contrato Principal.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DEFINIÇÕES**Ativo**

Qualquer coisa que tenha valor para as Partes, englobando:

- Os ativos de informação, tais como, base de dados e arquivos, Contratos e acordos, documentação de sistema, informações sobre pesquisa, manuais de usuário, material de treinamento, procedimentos de suporte ou operação, planos de continuidade do negócio, procedimentos de recuperação, trilhas de auditoria e informações armazenadas;
- Os ativos de *software*, tais como, aplicativos, sistemas, ferramentas de desenvolvimento e utilitários;
- Os ativos físicos, tais como, equipamentos computacionais, equipamentos de comunicação, mídias removíveis e outros equipamentos;
- Os serviços, tais como, serviços de computação e comunicações, utilidades gerais, por exemplo aquecimento, iluminação, eletricidade e refrigeração;
- As pessoas e suas qualificações, habilidades e experiências;
- Os intangíveis, tais como, reputação e a imagem da Parte.

Confidencialidade

Garantia de que a informação é acessível somente a Pessoas Autorizadas.

Informação

Significa toda e qualquer informação de natureza, mas não se limitando a, comercial, técnica, financeira, jurídica, operacional ou mercadológica sobre, mas sem se limitar a, análises, amostras, componentes, Contratos, cópias, croquis, dados, definições, desenhos, diagramas, documentos, equipamentos, especificações, estatísticas, estudos, experiências, fluxogramas, fórmulas, fotografias, idéias, instalações, invenções, mapas, métodos e metodologias, modelos, pareceres, pesquisas, planos ou intenções de negócios, plantas ou gráficos, práticas, preços, custos e outras informações comerciais, processos, produtos atuais e futuros, programas de computador, projetos, testes ou textos repassada na forma escrita, oral, armazenada em qualquer mídia tangível ou intangível.

Informação Confidencial

Trata-se de qualquer informação identificada pela Parte Reveladora com a expressão “INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL”. Anotações e compilações baseadas em Informações Confidenciais devem ser consideradas como tais.

Informação Liberada

Trata-se da informação identificada pela Parte Reveladora com a expressão “INFORMAÇÃO LIBERADA” ou que:

- Seja do conhecimento da Parte Receptora à época em que lhe for comunicada, desde que possa ser comprovado tal conhecimento prévio;
- Antes de ser revelada, tenha se tornado do conhecimento do público através de fatos outros que não atos ilícitos praticados por uma das Partes ou por seus representantes ou empregados;

- Tenha sido recebida legitimamente de terceiro sem restrição à revelação e sem violação à obrigação de sigilo direta ou indiretamente para com a Parte que as houver revelado;
- Tenha tido a divulgação autorizada por escrito pela Parte Reveladora;
- Tenha sido desenvolvida de forma independente por empregados ou por empresas do mesmo grupo da Parte Receptora, sem utilização direta ou indireta de Informações Confidenciais, desde que passível de comprovação;
- Toda e qualquer informação que não se enquadre nas hipóteses previstas acima deverá ser considerada confidencial e mantida sob sigilo pela Parte Receptora até que venha a ser autorizado, expressamente pela Parte Reveladora, a tratá-la diferentemente.
- É expressamente proibido o armazenamento de informações relativas ao objeto deste Contrato, utilizando-se a tecnologia de nuvem.

Organização

Entidade pública ou privada, signatária deste Termo de Confidencialidade.

Parte

Expressão utilizada para referir genericamente as organizações signatárias deste Termo de Confidencialidade.

Parte Receptora

Organização que recebe informações.

Parte Reveladora

Organização que fornece as informações.

Pessoa Autorizada

Agentes, representantes, especialistas, prestadores de serviço, internos ou externos, ou empregados signatários do Contrato Principal ou deste Termo de Confidencialidade e aqueles autorizados formalmente a transmitir ou receber informações.

Sigilo

Condição na qual dados sensíveis são mantidos secretos e divulgados apenas para as Pessoas Autorizadas.

Termo de Confidencialidade

Refere-se ao presente documento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS AUTORIZAÇÕES PARA ACESSO ÀS INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS
--

Para alcançar a condição de Pessoa Autorizada, os agentes, representantes, especialistas, prestadores de serviço, internos ou externos, ou empregados das Partes, envolvidos, direta ou indiretamente, com a execução do Contrato Principal, deverão ser devidamente instruídos sobre a proteção e manutenção da confidencialidade das Informações Confidenciais, bem como do teor deste Termo de Confidencialidade.

Concomitantemente, as Partes tomarão todas as providências para minimizar o risco de revelação de Informações Confidenciais, assegurando-se de que somente Pessoas Autorizadas tenham acesso a tais informações, na estrita medida do necessário.

Em qualquer caso, as Partes serão responsáveis por toda infração ao presente Termo de Confidencialidade que venha a ser cometida por qualquer Pessoa Autorizada sob sua responsabilidade e tomará todas as providências, inclusive judiciais, necessárias para impedi-los de revelar ou utilizar, de forma proibida ou não

autorizada, as Informações Confidenciais.

Cada Parte fará a gestão das inclusões e exclusões de seus prepostos na condição de Pessoa Autorizada, devendo comunicar imediatamente à outra Parte as mudanças ocorridas.

CLÁUSULA QUARTA - DO USO

As Informações Confidenciais reveladas serão utilizadas, exclusivamente, para os fins de execução do Contrato Principal. Em hipótese alguma, poderão ser utilizadas para gerar benefício próprio exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro, ou para uso de terceiros.

CLÁUSULA QUINTA - DA NÃO DIVULGAÇÃO

A Parte Receptora deverá proteger as Informações Confidenciais contra a divulgação a terceiros da mesma forma e com o mesmo grau de cautela com que protege suas informações de importância similar.

CLÁUSULA SEXTA - DA GUARDA DE INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS

A Parte Receptora deverá manter procedimentos administrativos adequados à preservação de extravio ou perda de quaisquer Informações Confidenciais, principalmente os que impeçam a divulgação ou a utilização por seus agentes, funcionários, consultores e representantes, ou ainda, por terceiros não envolvidos com a execução do Contrato Principal.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS CÓPIAS

As Partes comprometem-se a não efetuar nenhuma gravação ou cópia das Informações Confidenciais recebidas.

CLÁUSULA OITAVA - DA PROPRIEDADE

O presente Termo de Confidencialidade não implica a concessão, pela Parte Reveladora à Parte Receptora, de nenhuma licença ou qualquer outro direito, explícito ou implícito, em relação a qualquer direito de patente, direito de edição ou qualquer outro direito relativo à propriedade intelectual.

Todas as anotações e compilações serão também consideradas Informação Confidencial, e serão havidos como de propriedade da Parte Reveladora, não cabendo à outra Parte nenhum direito sobre tais, salvo acordo entre as mesmas, expresso e por escrito, em contrário.

CLÁUSULA NONA - DA VIOLAÇÃO

As Partes informarão a outra Parte imediatamente sobre qualquer revelação não autorizada, esbulho ou mau uso, por qualquer pessoa, de qualquer Informação Confidencial, assim que tomar conhecimento, e tomará as providências necessárias ou convenientes para evitar qualquer violação futura de Informações Confidenciais.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO RETORNO DE INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS

A pedido da Parte Reveladora, a Parte Receptora deverá restituir imediatamente o documento (ou outro suporte) que contiver Informações Confidenciais.

A Parte Receptora deverá restituir espontaneamente a Parte Reveladora as Informações Confidenciais que deixarem de ser necessárias, não guardando para si, em nenhuma hipótese, cópia, reprodução ou segunda via das mesmas.

A pedido da Parte Reveladora, a Parte Receptora deverá prontamente emitir uma declaração assinada por seu representante legal, confirmando que toda Informação Confidencial foi restituída ou inteiramente destruída, comprometendo-se de que não foram retidas quaisquer reproduções (incluindo reproduções magnéticas), cópias ou segundas vias, sob pena de incorrer nas penalidades previstas neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

O descumprimento de quaisquer cláusulas do presente Termo de Confidencialidade, sujeitará a Parte, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela outra Parte, inclusive as de ordem moral ou concorrencial, bem como as de responsabilidade civil e criminal respectivas, que serão apuradas em regular processo judicial ou administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

As Partes obrigam-se a cumprir todas as obrigações ora contraídas durante a vigência do Contrato Principal e nos 05 (cinco) anos subsequentes ao seu término.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE

Todas as declarações, anúncios públicos e/ou divulgações relativas ao Contrato Principal e a este Termo de Confidencialidade deverão ser previamente comunicados e coordenados por ambas as Partes, dependendo a sua declaração, anúncio e/ou divulgação, do prévio e mútuo consentimento das mesmas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - REVELAÇÃO POR ORDEM JUDICIAL OU ADMINISTRATIVA

Caso uma das Partes seja obrigada a revelar qualquer Informação Confidencial em virtude de ordem judicial ou administrativa, a mesma avisará a outra Parte imediatamente, para que a esta seja dada a oportunidade de opor-se à revelação. Caso a oposição da Parte não seja bem sucedida, a Parte oposta somente poderá fazer a revelação na extensão exigida pela ordem judicial ou administrativa em questão e deverá exercer todos os esforços razoáveis para obter garantias confiáveis de que tais Informações Confidenciais tenham tratamento sigiloso.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

Fica eleito o Foro de Porto Alegre - RS para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo de Confidencialidade.

ANEXO D**CÓDIGO DE CONDUTA E INTEGRIDADE DA PROCERGS**

O presente Código de Conduta e Integridade tem por finalidade explicitar os valores e as regras de conduta e integridade a serem observadas na esfera das relações institucionais da PROCERGS, para que a sua Missão seja cumprida com zelo e seus valores respeitados na realização das atividades, negócios e relacionamentos da Companhia.

Este Código deve ser observado pelos membros do Conselho de Administração, membros do Conselho Fiscal, membros do Comitê de Elegibilidade, membros do Comitê de Auditoria Estatutário e Auditoria Interna, Corpo Diretivo, empregados, adidos, estagiários, contratados e qualquer pessoa agindo em nome da Companhia.

Missão e Valores da PROCERGS**Missão da PROCERGS**

Ser protagonista na estratégia de Governo Digital, provendo soluções para transformar o Serviço Público e a experiência do Cidadão.

Valores da PROCERGS

Sustentabilidade econômica e financeira

Inovação contínua;

Excelência e agilidade nas entregas

Valor reconhecido pelo cliente;

1. Compromissos de Gestão

A PROCERGS, como personalidade jurídica constituída na forma da Lei, formaliza a adoção dos seguintes compromissos de conduta e integridade:

- 1.1 Assegurar o exercício da cidadania, de acordo com os princípios e normas do Estado Democrático de Direito.
- 1.2 Respeitar a diversidade e combater todas as formas de preconceito e de discriminação.
- 1.3 Preservar a idoneidade, bem como a privacidade pessoal e profissional de cada pessoa que trabalha, presta serviços ou se relaciona com a PROCERGS, conforme o previsto na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD.
- 1.4 Promover condições de trabalho que garantam a segurança e a saúde do trabalhador e que possibilitem o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal.
- 1.5 Utilizar critérios éticos e de competência funcional no reconhecimento dos empregados.
- 1.6 Assegurar ao empregado o direito à participação em comissões de trabalhadores da PROCERGS, associações de classe ou sindicatos.
- 1.7 Oferecer produtos e serviços de qualidade aos clientes, buscando e mantendo um relacionamento honesto e duradouro.
- 1.8 Contratar fornecedores e prestadores de serviços, baseando-se em critérios estritamente legais e técnicos.
- 1.9 Exigir das empresas fornecedoras de bens e serviços que respeitem os princípios éticos e os compromissos de conduta estabelecidos neste Código e estejam adequadas à Lei nº 13.709/2018 –

Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, enquanto perdurarem seus contratos com a PROCERGS.

- 1.10 Comprometer-se com o desenvolvimento sustentável da Companhia, seja no âmbito econômico/financeiro e no acompanhamento dos avanços tecnológicos, seja no âmbito da sustentabilidade ambiental atendendo à legislação sobre o assunto, no que couber.
- 1.11 Acatar e contribuir com fiscalizações e controles do poder público.
- 1.12 Recusar contribuição para partidos políticos, candidatos ou campanhas. Não fazer campanha política de candidatos a cargos eletivos e nem constranger integrantes da Força de Trabalho a fazê-lo.
- 1.13 Repudiar e punir ato que caracterize corrupção ou fraude de qualquer espécie, com atenção especial aos que disciplinam as leis Anticorrupção – Lei nº 12.846/2013 e Lei Estadual nº 15.228/2018.
- 1.14 Prevenir que qualquer pessoa da Companhia venha a infringir o conflito de interesses no relacionamento com partes interessadas ou relacionadas, com atenção especial ao que disciplina a Lei nº 12.813/2013 – Lei Conflito de Interesses no exercício de cargo ou emprego público e complementada pela Legislação Estadual nº 12.036/2003 e nº 12.980/2008.
- 1.15 Orientar e treinar seus empregados, divulgando a importância de um tratamento adequado dos dados pessoais e dos dados pessoais sensíveis, que garanta a preservação da privacidade.

2. Compromissos dos Integrantes da Força de Trabalho

Para efeitos deste Código, a Força de Trabalho compreende: conselheiros, membros dos comitês estatutários, diretores, empregados, adidos, estagiários, contratados e qualquer pessoa agindo em nome da Companhia.

É fundamental que as atitudes e comportamentos não tragam prejuízo para si ou outrem. Assim, independente de cargo ou posição hierárquica ocupada, constituem compromissos de conduta que todos devem cumprir:

- 2.1 Realizar seu trabalho e assumir as responsabilidades inerentes ao exercício do seu cargo ou função, empreendendo os melhores esforços e técnicas e seguindo práticas-padrão ou orientações específicas recebidas.
- 2.2 Reconhecer erros cometidos e comunicar imediatamente seu superior hierárquico, buscando minimizar ou reparar eventuais perdas ou prejuízos daí decorrentes.
- 2.3 Dispor-se a trabalhar em horário extraordinário para a conclusão de trabalhos, cuja inexecução possa trazer prejuízos à PROCERGS.
- 2.4 Tratar com respeito e atenção a todos, independentemente de cargo, posição hierárquica, cor, raça, religião, ideologia política, gênero, orientação sexual, altas habilidade ou pessoas com qualquer deficiência.
- 2.5 Zelar pelo patrimônio da PROCERGS, evitando danos a sua imagem, aos equipamentos e instalações.
- 2.6 Manter-se informado através dos vários canais de comunicação da PROCERGS sobre notícias, avisos, regulamentações e resoluções da Companhia.
- 2.7 Apresentar-se de forma adequada, compatível com a natureza da função ou serviço e de acordo com o regimento previsto em Instrução de Serviço divulgada pela Companhia.
 - 2.7.1 Situações excepcionais serão analisadas pela chefia imediata e pela área de Gestão de

Pessoas.

- 2.8 Apresentar-se ao serviço em condições físicas e psíquicas adequadas ao ambiente de trabalho.
- 2.9 Manter uma postura profissional que contribua para um ambiente de trabalho solidário, acolhedor e respeitoso.
- 2.10 Estar atento aos dados ou informações pessoais que manipula, zelando e se responsabilizando pelo fluxo e tratamento adequado desses dados, assegurando a privacidade dos seus titulares e evitando o vazamento destas informações.
- 2.11 Zelar pelo cumprimento deste Código, questionando orientações contrárias aos princípios e valores nele expressos, não compactuando, nem se omitindo nos casos em que o mesmo esteja sendo infringido.

3. Os Integrantes da Força de Trabalho não poderão praticar qualquer um dos atos abaixo relacionados

- 3.1 Exercer atividade profissional ou comercial, alheia ao contrato de trabalho com a PROCERGS, durante o expediente de trabalho, com ou sem fins lucrativos, ou ainda, independentemente de horário, exercer atividade que constitua prejuízo ou concorrência, direta ou indireta, com as atividades da PROCERGS.
- 3.2 Utilizar, de forma abusiva, para fins pessoais, o tempo, equipamentos, instalações e tecnologias disponibilizadas pela PROCERGS.
- 3.3 Fazer uso particular ou repassar a terceiros, sem autorização expressa, tecnologias, metodologias, know-how ou informações de propriedade ou sob a guarda da PROCERGS.
- 3.4 Alterar ou deturpar o teor de qualquer documento, informação ou dado de responsabilidade da PROCERGS ou de terceiros.
- 3.5 Prejudicar deliberadamente a reputação da PROCERGS, de integrantes da Força de Trabalho, clientes, fornecedores, órgãos governamentais ou de qualquer outro profissional ou empresa com quem a Companhia mantenha relacionamento comercial.
- 3.6 Coagir ou aliciar alguém, de forma pessoal ou através dos meios de comunicação disponibilizados pela Companhia, com objetivos de natureza político-partidária, nem promover ou participar de quaisquer atividades de natureza política, eleitoral ou ideológica no local de trabalho.
- 3.7 Valer-se da sua posição hierárquica, acesso privilegiado a informações ou influências para obter vantagens, facilidades ou benefícios indevidos para si ou outrem, ou para constranger e coagir alguém com o objetivo de obter favores ou minar a sua dignidade ou autoestima (ex. assédio sexual ou moral).
- 3.8 Oferecer quaisquer benefícios ou vantagens, a qualquer título, para representantes de clientes ou fornecedores, visando a obter favores, preferências ou atendimento de qualquer pleito para si ou para a PROCERGS.
- 3.9 Aceitar, sob nenhuma forma, presentes de partes com as quais a PROCERGS contrate ou possa vir a contratar, de acordo com a Política de Brindes, Hospitalidades e Presentes.
- 3.10 Negociar ou propor relações comerciais com empresas em que o empregado ou pessoas de seu relacionamento familiar tenham interesse ou participação direta ou indireta.
- 3.11 Ser conivente, solidário ou omissor com prática ilícita realizada por outro empregado ou por terceiro referente a assuntos da PROCERGS.
- 3.12 Facilitar ações de terceiros que resultem em prejuízo ou dano para a PROCERGS.

- 3.13 Participar ou ser conivente com qualquer ato que configure corrupção ou fraude.
- 3.14 Manter sob sua subordinação imediata, cônjuge, companheiro(a) ou parente, até o 2º grau civil.
- 3.15 Fazer circular listas, abaixo-assinados, promover sorteios, rifas ou apostas de qualquer natureza ou para quaisquer fins, exceto com a permissão da Diretoria.
- 3.16 Usar o e-mail corporativo para fins pessoais, incluindo o fornecimento do mesmo em cadastros comerciais.
- 3.17 Praticar violência ou qualquer ato que configure racismo, injúria racial, misoginia, preconceito à pessoa com qualquer deficiência ou alta habilidade, bem como preconceito de identidade de gênero ou orientação sexual e opção religiosa.
- 3.18 Praticar qualquer tipo de violência contra a mulher.
- 3.19 Manipular dados pessoais de colegas, clientes ou fornecedores, se não for estritamente no cumprimento de seu trabalho, de acordo com a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD.
- 3.20 Omitir-se de informar seu superior imediato, quando identificar situações em que os dados pessoais de colegas, clientes ou fornecedores estiverem sendo utilizados de forma insegura, com risco de vazamento.

4. Regras de Conduta para o Uso de Redes e Mídias Sociais

Os conteúdos publicados pelos integrantes da força de trabalho da PROCERGS em mídias sociais poderão ser vinculados à imagem da Companhia. Por isso, todos devem avaliar o que publicam ou comentam a respeito da PROCERGS, colegas de trabalho, seus clientes e fornecedores. Tais citações podem ser consideradas provas jurídicas, dependendo da situação.

4.1 É vedado aos Integrantes da Força de Trabalho:

- 4.1.1 participar em comunidades, grupos, etc. que estimulem atos de ilegalidade;
- 4.1.2 usar as mídias sociais para infringir direitos autorais e de propriedade intelectual, bem como publicar dados ou informações pessoais sem o consentimento do titular do dado;
- 4.1.3 criar perfis institucionais relacionados à PROCERGS sem a devida autorização;
- 4.1.4 usar a identificação visual da PROCERGS em perfis de grupos, pessoais e profissionais;
- 4.1.5 utilizar o e-mail corporativo (@PROCERGS.rs.gov.br) em seus perfis nas mídias sociais;
- 4.1.6 divulgar informações e imagens sobre a Companhia, inclusive as contidas na Intranet, sem autorização.
 - 4.1.6.1 Poderão ser divulgadas fotos de momentos de celebração ou integração na Companhia, desde que não contenham informações sensíveis ou sigilosas, como telas com sessões logadas, documentos eletrônicos ou físicos, observando-se as orientações do item 4.2.5 desse código.
- 4.1.7 abordar em mídias sociais assuntos ou informações sobre colegas, clientes e fornecedores da PROCERGS ou situações que os envolvem no seu dia a dia de trabalho.

4.2 Orientações:

- 4.2.1 divulgar materiais disponíveis no site da PROCERGS somente com a informação da fonte;
- 4.2.2 verificar a veracidade das informações antes de compartilhá-las;
- 4.2.3 informar imediatamente seu superior imediato, quando identificar, nas mídias sociais, algum comentário sobre a PROCERGS que mereça atenção;
- 4.2.4 os integrantes da Força de Trabalho, para manifestação em nome da PROCERGS, devem solicitar autorização e informar a respectiva função na Companhia, sem utilizar

- pseudônimos ou apelidos;
- 4.2.5 divulgar fatos, fotos e imagens somente com prévia autorização das pessoas nela inseridas. Cuidar para que a imagem captada e divulgada não seja prejudicial à honra e reputação da pessoa ou da Companhia ou que possa ser usada para obter acesso a informações importantes ou sigilosas por meio da persuasão, enganação ou exploração da confiança das pessoas (prática conhecida como engenharia social);
- 4.2.6 cuidar ou evitar expor nas redes, dados pessoais, a situação econômico-financeira, localizações e informações sobre a rotina pessoal e profissional própria e de familiares, pois essa prática pode colocar em risco a segurança própria, dos familiares e da PROCERGS.

5. Uso de IA – Inteligência Artificial

A PROCERGS incentiva o uso de Inteligência Artificial, mas alguns cuidados devem ser observados:

- A privacidade e segurança das informações;
- Assegurar-se da correta interpretação das informações geradas pela IA;
- Assegurar-se para que não haja qualquer viés que viole esse código de conduta.

6. Canal de Denúncias

Denúncias internas e externas relativas ao descumprimento deste Código de Conduta e Integridade ou das demais normas internas de ética e obrigacional poderão ser feitas por meio do Canal de Denúncias disponível no site oficial da PROCERGS. Elas poderão ser identificadas ou anônimas e seguirão o rito previsto na Norma Processo de Tratamento de Denúncias.

7. Análise pelo descumprimento desse código e Sanções disciplinares

A não observância dos princípios e compromissos contidos no presente Código de Conduta e Integridade pode implicar em sanções disciplinares, que serão precedidas de uma análise criteriosa dos fatos, tendo como base ética os valores universais de boa conduta e o respeito à verdade e à legalidade.

- 7.1 A análise dos fatos, a determinação e a aplicação das sanções aos membros conselheiros, do comitê estatutário ou do corpo diretivo da Companhia pelo descumprimento do presente código de Conduta e Integridade ou das demais normas internas de ética e obrigacional, caberá:

Ao Conselho de Administração pelo descumprimento do Comitê Estatutário ou do Corpo Diretivo;

À Assembleia Geral dos Acionistas pelo descumprimento feito por Conselheiro

Sanções aplicáveis:

Advertência verbal;

Advertência por escrito;

Exoneração ou destituição.

- 7.2 A análise dos fatos e sanções aplicáveis aos integrantes do corpo de empregados da Companhia pelo descumprimento do presente código de Conduta e Integridade ou das demais normas internas de ética e obrigacional, caberá:

- À área de Gestão de Pessoas e à área de Gestão trabalhista se o descumprimento ocorrer durante a atividade laboral e observada pela Companhia;

Havendo denúncia, pelo Canal de Denúncias, seguirá o rito previsto na Norma Processo de Tratamento de Denúncias.

Sanções:

Advertência verbal;
Advertência por escrito;
Suspensão temporária;
Demissão.

7.3 A análise dos fatos e sanções aplicáveis aos fornecedores de bens e serviços à Companhia pelo descumprimento do presente código de Conduta e Integridade ou das demais normas internas de ética e obrigacionais, caberá:

- Ao gestor da área de Contratos da PROCERGS, da Assessoria Jurídica e ao gestor do contrato, nos casos do descumprimento não for conhecido pelo Canal de Denúncias;
- Havendo denúncia, pelo Canal de Denúncias, seguirá o rito previsto na Norma Processo de Tratamento de Denúncias.

Sanções

Advertência por escrito;
Multa prevista no contrato;
Rescisão do contrato;
Suspensão temporária de contratar com a Companhia.

8. Divulgação, Atualização, Manutenção e Aprovação do Código

Constantemente, o presente Código de Conduta e Integridade deve ser divulgado a toda a Força de Trabalho nos meios de comunicação da Companhia e disponibilizado no seu site Institucional e na intranet, aba Gestão de Pessoas. A área de Gestão de Pessoas deverá manter instrumentos atualizados que comprovem a tomada de ciência e assunção do compromisso de cumprimento do Código por todos os integrantes da Força de Trabalho.

A área de Compliance, assessorada pela área de Gestão Trabalhista e pela área de Gestão de Pessoas, deverá manter este Código atualizado, com revisão mínima anual.

O treinamento periódico, no mínimo anual, sobre o Código de Conduta e Integridade, a toda a Força de Trabalho e aos administradores, deve ser realizado pela Área de Gestão de Pessoas, com monitoramento da Área de Compliance.

Cada atualização do presente Código será submetida à Diretoria e aprovada pelo Conselho de Administração.

9. Referências

Documentos externos utilizados como referência para elaboração deste Código de Conduta e Integridade:

- 9.1 Códigos de Ética e de Conduta de empresas privadas e estatais;
- 9.2 Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado do Rio Grande do Sul;
- 9.3 Lei nº 12.813/2013;
- 9.4 Lei nº 12.846/2013;
- 9.5 Lei nº 13.303/2016;
- 9.6 Lei nº 13.709/2018;
- 9.7 Lei Estadual nº 12.036/2003;
- 9.8 Lei Estadual nº 12.980/2008;
- 9.9 Lei Estadual nº 15.228/2018.
